

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	12
5.4 - Programa de Integridade	16
5.5 - Alterações significativas	21
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	22

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	23
10.2 - Resultado operacional e financeiro	42
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	44
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	45
10.5 - Políticas contábeis críticas	46
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	48
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	49
10.8 - Plano de Negócios	50
10.9 - Outros fatores com influência relevante	52

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da Vice-Presidência Financeira da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board - IASB.

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros. Para avaliar a eficiência dos controles internos de divulgação das informações financeiras, a administração realizou avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando critérios do Internal Control Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission ("COSO") – 2013.

O sistema de controle interno da Companhia foi elaborado para garantir, de forma razoável e em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar erros. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles podem se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

Em sua avaliação, a administração concluiu que, no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, com base nos critérios do COSO framework de 2013.

A controladora da Companhia, Rumo S.A., possui um Comitê de Auditoria Estatutário responsável por assessorar a administração sobre a seleção dos auditores independentes, revisar o escopo de auditoria, avaliar os controles internos de forma constante e validar os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia.

A controladora da Companhia, Rumo S.A., possui um Procedimento de Gestão de Riscos que contém todas as disposições previstas no Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de outubro de 2018, com o objetivo de identificar, avaliar e gerir os riscos inerentes às atividades da Companhia, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, identificação de oportunidades e apoiando o negócio no atingimento dos objetivos.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

Conforme já mencionado no item 4.1 deste Formulário de Referência, busca-se proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração da Companhia. As principais naturezas dos riscos estão destacados abaixo:

Riscos Estratégicos estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da sociedade, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

- Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode afetar a Companhia quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Juros: também associado à volatilidade do mercado. A Companhia pode, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as despesas financeiras da Companhia.
- Liquidez: situação em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros.
- Crédito: associado às contrapartes da Companhia que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, etc.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A controladora da Companhia, Rumo S.A., bem como as sociedades sobre controle comum mantêm estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais, e estratégicos como Controles Internos, SSMA (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), e as utiliza como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave da Companhia, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação destes riscos.

A atuação em conjunto, das áreas mencionadas acima, permite à Companhia ter uma visão integrada dos riscos e controles, podendo fazer uma melhor avaliação das ações adotadas no tratamento ao risco. O risco nunca pode ser eliminado por completo, no entanto, para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria responsável pelo processo em que o risco foi identificado avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

Evitar: Quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.

Reduzir: Quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso, etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.

Compartilhar: Quando o risco é dividido com uma contraparte externa à Companhia. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de hedge (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.

Aceitar: Quando o impacto versus probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

No âmbito de riscos financeiros, há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Câmbio	- Non Deliverable Forward (NDF) - Swap - Contrato Futuro de Câmbio - Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira - Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	- Swap - Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	- Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	- Contratação de limites para saque (Standby Credit Facility e Conta Garantida)
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> - Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors Fitch e Moody's - Contratos de Derivativos negociados com Instituições Financeiras consideradas investment grade em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors Fitch e Moody's

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os gestores da Companhia e do grupo ao qual a Companhia pertence.

Todos os riscos mapeados e suas tratativas são levados para discussão e conhecimento do Comitê de Auditoria Estatutário, o qual é composto tanto por membros da controladora da Companhia como por membros independentes. Diante da diversidade do ambiente onde a Companhia gere seus negócios, não há o que se falar em instrumento único ou de exclusiva utilidade para todos os riscos que estamos expostos.

Cada risco mapeado recebe tratamento específico, determinado pelas áreas operacionais em conjunto com as áreas dedicadas e com a administração da Companhia.

(iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, todos órgãos da controladora da Companhia e a Diretoria da Companhia fazem o acompanhamento dos negócios e condutas da Companhia, desempenhando funções relativas ao gerenciamento de riscos de acordo com as suas funções, conforme descrito no item 12 deste Formulário de Referência.

Para gerenciamento de riscos a que a Companhia está exposta, contamos com a atuação das áreas de Auditoria Interna, Riscos, Compliance Jurídico Corporativo e o Comitê de Compliance, áreas estas do controlador indireto da Companhia (Grupo Cosan) e que atuam de forma corporativa (para todo o grupo econômico) e em benefício de todas as empresas controladas, direta e indiretamente, inclusive a Companhia.

A controladora da Companhia, a Companhia e as sociedades sob controle comum, tem instituído na sua estrutura as áreas de Controles Internos, Compliance Jurídico e o Comitê de Ética da Companhia, que seguem diretrizes do programa de compliance adotado pelo Grupo Cosan.

Em conjunto, as áreas de Auditoria Interna, Riscos, Compliance Jurídico Corporativo e o Comitê de Compliance (todas, do controlador indireto da Companhia), e as áreas próprias de Controles Internos, Compliance Jurídico, Comitê de Ética e o Comitê de Auditoria Estatutário (toda, do controlador direto da Companhia) são as responsáveis por instituir, acompanhar e promover o gerenciamento de riscos e manter controles internos e programas de integridade e conformidade.

O Comitê de Auditoria Estatutário, da controladora da Companhia, por sua vez, tem a competência de elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia. O Conselho de Administração da controladora da Companhia é órgão responsável por examinar e avaliar os relatórios anuais do Comitê de Auditoria Estatutário, da controladora da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade do Diretor Financeiro da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação dos relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro.

O resultado de todos os trabalhos da Auditoria Interna realizados pelo controlador da Companhia e relacionados a este tópico previstos no exercício, é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria Estatutário da controladora da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da controladora da Companhia, aos Diretores e Gerentes envolvidos.

Têm destaque as seguintes funções exercidas pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia, conforme o Estatuto Social da controladora da Companhia: (i) eleger, dar posse, destituir, aceitar renúncia e substituir membros do Comitê de Auditoria observadas as disposições da regulamentação em vigor, bem como dos comitês instalados; (ii) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, do Comitê de Partes Relacionadas e dos demais comitês eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento, anual ou por projeto, destinado a cobrir as despesas para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; e (iii) examinar e aprovar o regimento interno, bem como as regras operacionais, em gênero, para funcionamento de todos os comitês eventualmente instalados na Companhia, inclusive o Comitê de Auditoria e o Comitê de Partes Relacionadas.

Ao Conselho Fiscal da controladora da Companhia, por sua vez, nos termos do artigo 163 da Lei 6.404/1976, compete: (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificações do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (iv) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; (v) convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem, por mais de um mês, essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (vi) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (vii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar; e (viii) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Há, ainda, na estrutura de governança da controladora da Companhia, os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, a estes subordinados e que fazem o acompanhamento de negócios e condutas da controladora da Companhia e de todas as suas controladas inclusive a Companhia, inclusive no que se refere ao gerenciamento de riscos a que ela está sujeita. São esses o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Pessoas, o Comitê de Transações entre Partes Relacionadas, Comitê Financeiro, Comitê de Estratégia e Sustentabilidade, o Comitê Operacional e o Comitê de Divulgação e Negociação.

No âmbito do gerenciamento de riscos do grupo ao qual a Companhia pertence, destaque-se a atuação do Comitê de Auditoria Estatutário da controladora da Companhia, cujas funções são descritas a seguir: (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; (iii.3.) no gerenciamento de riscos e compliance; (iii.4.) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (vii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vii.1.) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vii.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (viii) elaborar meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas às suas competências; e (ix) demandar dos auditores independentes esclarecimentos a respeito de matérias de sua competência. O Comitê de Auditoria da Companhia possui regimento interno próprio.

Adicionalmente, as áreas corporativas (do controlador indireto da Companhia) de Auditoria Interna, Riscos e Compliance, subordinadas ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Presidente do Conselho de Administração, têm a responsabilidade de: (i) implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (ii) criar e executar Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (iii) realizar follow up de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (iv) identificar savings e redução de custos; (v) criar controles e realizar testes para garantir seu funcionamento; (vi) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (vii) disseminar a cultura de controles internos; (viii) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (ix) controle e aprovação de perfis de acesso SAP-GRC; (x) mapear os riscos inerentes ao negócio; (xi) auxiliar na implantação de planos de ação; e (xii) reportar tempestivamente a administração os resultados da gestão de riscos.

Em conjunto, as áreas de Auditoria Interna, Riscos, Compliance Jurídico Corporativo e o Comitê de Compliance (todas, do controlador indireto da Companhia), e as áreas próprias, da controladora da Companhia, de Controles Internos, Compliance Jurídico, Comitê de Ética e o Comitê de Auditoria Estatutário são as responsáveis por instituir, acompanhar e promover o gerenciamento de riscos e manter controles internos e programas de integridade e conformidade.

(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Comitê de Auditoria Estatutário da controladora da Companhia desempenha a função de verificar a adequação da estrutura operacional e dos controles internos de forma a garantir a efetividade do procedimento de gestão de risco. Destaque-se, nesse sentido, que o Comitê de Auditoria Estatutário da controladora da Companhia e a Companhia entendem que sua estrutura operacional de controles internos está adequada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

A administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia. O Conselho de Administração aprovou, o Procedimento de Gestão de Riscos em 29 de outubro de 2018, e a Política de Gestão de Riscos Financeiros, em 3 de novembro de 2016 (ainda no âmbito da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A., sucedida pela Companhia), a fim de estabelecer políticas gerais para a gestão de risco financeiros Companhia, ratificando conceitos e critérios para a tomada de decisões que envolvem gestão do fluxo de caixa (liquidez) da Companhia; investimentos de recursos financeiros disponíveis; captação de recursos financeiros e a estrutura de capital da Companhia; gestão de risco de taxa de juros, câmbio e preço de commodities; e gestão de crédito de contrapartes.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gestão de Riscos Financeiros descreve as regras e diretrizes sobre "realização de testes de aderência", "planos de contingência de liquidez", "liquidez dos investimentos", "investimentos financeiros", e "cláusulas contratuais", dentre outros. Em razão de conter informações confidenciais e estratégicas a respeito do planejamento e controle financeiro da Companhia, tal documento não é, e não poderá se tornar, de conhecimento público.

A avaliação do risco de mercado da carteira de investimentos, derivativos, passivos financeiros ou de qualquer outro item sujeito a marcação a mercado, deverá ser feita frequentemente, visando minimizar a eventual perda patrimonial decorrente da volatilidade no mercado.

O critério preponderante na análise de quaisquer ativos que irão compor as carteiras de investimentos deverá ser a relação Risco e Retorno, computados eventuais riscos de crédito e de mercado que o ativo possa apresentar.

As operações derivativas (hedge) deverão ser contratadas exclusivamente para garantir os resultados econômico-financeiros planejados no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, particularmente no que tange a possíveis impactos no fluxo de caixa e no resultado da Companhia.

Visando a melhor estrutura de custos financeiros possível, oriundos das exposições aos riscos financeiros citados acima, a Companhia se reserva no direito da não obrigatoriedade da contração de operações de derivativos.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes principais riscos de mercado:

Possíveis perdas relacionadas à variação ou descasamento das taxas de juros (fixas ou flutuantes, nacionais ou internacionais, futuras ou spot, de curto ou longo prazo);

Exposição cambial que ocorrer na moeda local, quando houver negociação cujo valor está expresso em moeda diferente daquela que é moeda funcional da Companhia (Reais) ou quando houver negociação cujo valor, apesar de expresso em Reais, está altamente correlacionado com as variações de outras moedas, diferente daquela que é moeda funcional da Companhia;

Inflação, tendo em vista a contratação de atividades por meio de contratos com correção monetária atrelada à variação de índices de preços; e

Exposições legais que a Companhia pode incorrer devido a formalizações contratuais das operações financeiras.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A administração dos riscos associados às operações financeiras é feita mediante a aplicação da Política de Gestão de Riscos Financeiros e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Esse conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser identificadas como as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser executadas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação. Para tal a Companhia conta com:

Realização de testes de aderência

Consiste em verificar se os resultados do fluxo de caixa real e projetado são razoavelmente aderentes, objetivando assim, dentro de um padrão mínimo aceitável, aceitar o cenário elaborado para necessidade/sobra de caixa:

Planos de Contingência de Liquidez

A ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a falta de recursos.

Liquidez dos investimentos

Investimentos distribuídos de modo que: (a) de 80% a 100% do volume financeiro com liquidez diária; (b) de 0% e 20% do volume financeiro com liquidez entre 1 e 3 meses; a exceção a esta regra são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, que possuem como característica liquidez diária e alta previsibilidade de retorno.

Investimentos Financeiros no Brasil

Títulos Soberanos de natureza pós fixados com prazos inferiores a 10 (dez) anos:

- LFT;

Títulos Privados de natureza pós fixados:

- Certificado de Depósitos Bancários;
- Operações compromissadas;
- DPGE (Depósito a prazo com garantia especial do FGC), emitido por instituição financeiras;
- Letras Financeiras;
- Fundos exclusivos do Grupo
- CDB Resolução 2921, como lastro para operações passivas da Companhia, ex: Fianças Bancárias.

Investimentos Financeiros no Exterior

- Time Deposits; emitidos por instituições financeiras
- Títulos Públicos; Treasury Bills, Treasury Notes e Treasury Bonds;
- Operações compromissadas com títulos públicos (Repurchase Agreement – Repo)
- Aplicações automáticas (Sweep Account)
- CLN: Credit Linked Note (para operações estruturadas de internacionalização).

Cláusulas Contratuais

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Determinadas cláusulas, usuais em operações financeiras, são pré-determinadas e exceções devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão Financeira. São elas:

- Vencimento antecipado, incluindo vencimento cruzado (Cross Acceleration ou Cross Default);
- Covenants financeiros e não financeiros;
- Ranking de obrigações (pari passu/most favoured nation);
- Efeito material adverso (Material Adverse Change); e
- Declarações e garantias (Representations and Warranties Comfort Letters ou Letters of Awareness).

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia são o swaps de taxas de juros.

Utilização de swaps baseados em PrêxDI, TJLPxDI, IGPMxDI, DlxPré, etc.

Em relação aos swaps de taxas de juros contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em taxa pré-fixada em um passivo indexado ao CDI eliminando a exposição à inflação. O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação, são considerados swaps sem caixa. Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos relacionados à taxa de juros em 31 de dezembro de 2021 são apresentados de forma resumida a seguir:

Descrição	Objetivo	Contraparte	Moeda	Ativo	Passivo	Vencimento Final
SWAP de Juros	Hedge DB 3ª B	JP Morgan S.A. e Itaú Unibanco S.A.	BRL	IPCA + 5,73%	108,75% CDI	Outubro de 2033
SWAP de Juros	Hedge DB 16ª A	Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander S.A.	BRL	IPCA + 4,50%	107,63% CDI	Junho de 2031
SWAP de Juros	Hedge DB 16ª B	Itaú Unibanco S.A.	BRL	IPCA + 4,54%	108,69% CDI	Junho de 2036
SWAP de Juros	Hedge DB 2ª B	Itaú Unibanco S.A.	BRL	IPCA + 4,60%	111,60% CDI	Junho de 2031
SWAP de Juros	Hedge DB 15ª A	Banco Santander S.A.	BRL	IPCA + 3,90%	105,75% CDI	Dezembro de 2030
SWAP de Juros	Hedge DB 15ª B	JP Morgan S.A. e Goldman Sachs S.A.	BRL	IPCA + 4,00%	107,80% CDI	Dezembro de 2035
SWAP de Juros	Hedge DB 14ª	Banco ABC S.A., Itaú Unibanco S.A. e JP Morgan S.A.	BRL	IPCA + 6,80%	117,72% CDI	Abril de 2030
SWAP de Juros	Hedge DB 13ª A	Banco Santander S.A., Goldman Sachs S.A. e JP Morgan S.A.	BRL	IPCA + 3,90%	102,30% CDI	Outubro de 2029
SWAP de Juros	Hedge DB 13ª B	Banco Santander S.A.	BRL	IPCA + 4,00%	104,99% CDI	Outubro de 2029
SWAP de Juros	Hedge DB 12ª	JP Morgan S.A.	BRL	IPCA + 4,50%	102,90% CDI	Fevereiro de 2029
SWAP de Juros	Hedge DB 11ª	Itaú Unibanco S.A.	BRL	IPCA + 4,68%	107,00% CDI	Fevereiro de 2026

Utilização de swaps de moedas, ex: Dólar x Reais, Euro x Dólar... Ademais, a utilização de NDF (Non-Deliverable Forwards) / FRA (Forward Rate Agreement), ex: Dólar x Reais / Libor Floating x Taxa Fixa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em relação aos swaps cambiais contratados pela Companhia, estes transformam na prática o passivo em moeda estrangeira em um passivo em reais indexado ao CDI eliminando a exposição ao câmbio e a taxa de juros internacional (fixa ou flutuante). O valor nominal, as taxas e os vencimentos da ponta ativa dos swaps são idênticos ao financiamento a ele vinculado. Os swaps são realizados no mercado de balcão e não é exigido qualquer depósito de garantia na operação, são considerados swaps sem caixa. Os valores e demais características dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 são apresentados de forma resumida a seguir:

Descrição	Objetivo	Contraparte	Moeda	Ativo	Passivo	Vencimento Final
SWAP de Moeda	Hedge NCE 2032	Goldman Sachs S.A. e JP Morgan S.A.	USD	Pré (USD) 4,20%	116,68% CDI	Janeiro de 2032
SWAP de Moeda	Hedge NCE 2028	Goldman Sachs S.A. e Morgan Stanley S.A.	USD	Pré (USD) 5,25%	114,95% do CDI	Janeiro de 2028
SWAP de Moeda	Hedge ECA 02	Banco Santander S.A.	EUR	Euribor 6M ¹ 0,58%	107,83% do CDI	Setembro de 2026
SWAP de Moeda	Hedge ECA 01	Banco Santander S.A.	EUR	Euribor 6M ¹ 0,58%	107,83% do CDI	Setembro de 2026
SWAP de Moeda	Hedge ECA 03	Banco Santander S.A.	EUR	Euribor 6M ¹ 0,58%	112,00% do CDI	Setembro de 2026
SWAP de Moeda	Hedge Loan 4131	Banco Citibank S.A.	USD	Libor 3M + 0,74%	117,50% do CDI	Novembro de 2022

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui diretrizes que constam na sua política financeira e devem ser observadas na mensuração e identificação dos riscos e dos limites para contratação de operações de hedge.

Acompanhar mensalmente os indicadores econômico-financeiros

Avaliar, mensalmente ou sempre que necessário, os cenários de mercado, incluindo juros, taxas de câmbio futuros e preços de commodities, procurando identificar e antecipar possíveis impactos nas operações da Companhia que possam sensibilizar o fluxo de caixa e o resultado projetado.

Analisar possíveis ações de mitigação de riscos sempre que cabível

Estabelecer, quando aplicável, os parâmetros para a contratação de operações para proteção, levando-se em conta o item objeto de hedge, volume aplicável, cotações indicativas, bem como o período de cobertura da exposição.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Acompanhar a execução das ações propostas**

Deve ser levada em consideração a tributação incidente sobre os instrumentos utilizados; Prazo compatível idealmente com os eventos geradores das respectivas operações;

Antes de contratar uma operação de derivativo, a Companhia deve buscar balancear ativos e passivos ou fluxos futuros a pagar e receber com o intuito desmitigar um determinado fator de risco "hedge natural" com operações oriundas através do curso normal da Companhia;

Ter como ativo objeto o mesmo fator de risco a ser protegido;

Prioritariamente, ser tratado como hedge accounting de acordo com as normas contábeis em vigor;

Testes de stress, com choques nas curvas de juros e câmbio.

Visando à melhor estrutura de custos financeiros possível, oriundos das exposições aos riscos financeiros citados acima, a Companhia se reserva o direito da não obrigatoriedade da contração de operações de derivativos.

Risco de Taxas de Juros

A Companhia monitora as flutuações dessas taxas de juros mensalmente e pode, se julgar adequado, operar com derivativos com objetivo de minimizar riscos. Cumpre ressaltar que a Companhia não possui limites de exposição que sejam permitidos de acordo com as suas políticas internas.

Risco de Taxas de Câmbio

Toda a receita operacional líquida da Companhia encontra-se denominada em reais. A maioria dos custos é denominada em reais, e quando expostos, a exposição ao dólar varia de um a dois dias, logo sendo mitigado. Em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, 41,2%, 54,3%, 49,5% e 49,9%, respectivamente, da dívida da Companhia estava denominada em dólar norte americano ou euro, exposta ao risco das flutuações entre o real e o dólar norte americano ou euro. Atualmente, a Companhia possui operações com derivativos para todas as operações de empréstimos em dólar norte-americano ou euro.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial. A maioria da receita operacional líquida da Companhia encontra-se denominada em reais.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A implementação, acompanhamento e supervisão desta Política de Gestão de Riscos Financeiros é de responsabilidade da Vice-Presidência Financeira.

Também existe o Comitê de Gestão Financeira, que é formado pelo Vice-Presidente Financeiro e pelos executivos responsáveis pela Tesouraria, Controladoria e Planejamento Financeiro, que poderá contar com a presença de executivos responsáveis pelas áreas de Suprimentos e Comercial, quando o assunto for pertinente a matéria que lhe competir.

As atribuições e responsabilidades do Comitê de Gestão Financeira são listadas a seguir:

- Acompanhar mensalmente os indicadores econômico-financeiros: Indicadores Financeiros que compõem a estrutura de covenants da Companhia, conforme item 5 listado abaixo;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Avaliar anualmente os limites estabelecidos nas procurações financeiras outorgadas pela Companhia;
- Aprovar semestralmente os limites de crédito para os investimentos financeiros;
- Avaliar, mensalmente ou sempre que necessário, os cenários de mercado, incluindo juros, taxas de câmbio futuros e preços de commodities, procurando identificar e antecipar possíveis impactos nas operações da Companhia que possam sensibilizar o fluxo de caixa e o resultado projetado;
- Analisar possíveis ações de mitigação de riscos, sempre que cabível;
- Estabelecer, quando aplicável, os parâmetros para a contratação de operações para proteção, levando-se em conta o item objeto de hedge, volume aplicável, cotações indicativas, bem como o período de cobertura da exposição;
- Acompanhamento trimestral das operações que visam melhorar o capital de giro, com o intuito de acompanhar o risco de piora da liquidez da Companhia, como por exemplo a operação de Risco Sacado. Este monitoramento deve ser reportado trimestralmente ao Conselho de Administração;
- Acompanhar a execução das ações propostas;
- Avaliar sugestões para aprimoramentos na Política de Gestão Financeira.

A Vice-Presidência Financeira é responsável pela implementação das ações aprovadas pelo Comitê de Gestão Financeira, avaliando sua adequação vis-à-vis o momento de mercado para a contratação das operações e, conforme o caso, reavaliando-a frente a eventuais mudanças dos índices de mercado que embasaram a decisão.

As equipes de Auditoria Interna, Riscos, Compliance Jurídico Corporativo e o Comitê de Compliance (todas, do controlador da Companhia), e a área de Controles Internos da Companhia, possuem em seu plano de trabalho escopo para revisão dos controles internos relacionados às operações de instrumentos financeiros. As áreas de Auditoria Interna, Riscos, Compliance Jurídico Corporativo e o Comitê de Compliance (todas, do controlador da Companhia) estão subordinadas ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Presidente do Conselho de Administração, tendo as seguintes competências:

- (a)Implantar e gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes;
- (b)Criar e executar um Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos e adequação às Leis e Políticas Internas;
- (c)Realizar acompanhamento de planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna;
- (d)Identificar savings e redução de custos;
- (e)Criar controles e realizar testes para garantir a adequação à SOX, Lei Anticorrupção e US Foreign Corrupt Practices Act (FCPA);
- (f)Revisar e publicar as Políticas e Procedimentos;
- (g)Disseminar a cultura de Controles Internos; e
- (h)Atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos e controlar e aprovar perfis de acesso SAP-GRC.

(c)adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que sua estrutura operacional de Controle Interno está adequada em vista das melhores práticas de mercado e benchmarking realizado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras são executados sob a supervisão dos Diretores e sob a responsabilidade da do Presidente e da Vice-Presidência Financeira da Companhia, para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB.

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos adequados relativos aos relatórios financeiros. Para avaliar a eficiência dos controles internos de preparação e divulgação das demonstrações financeiras, a administração realizou uma avaliação de riscos e processos, incluindo testes de controles, utilizando os critérios do *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“**COSO**”) – 2013. Com base nesses critérios, certas deficiências significativas, descritas na seção “5.3.d”, foram identificadas e nossa Administração concluiu que nossos controles internos sobre demonstrações financeiros não foram efetivos em 31 de dezembro de 2021. Entretanto, essas deficiências não comprometeram as demonstrações financeiras deste exercício que refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS. As providências tomadas para remediar as deficiências significativas estão descritas na seção “5.3.e”.

Em sua avaliação, a administração concluiu que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha os controles internos sobre os relatórios financeiros operando adequadamente, com base nos critérios do *COSO framework* de 2013.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário responsável por assessorar a administração sobre a seleção do auditor independente, revisar o escopo de auditoria, avaliar os controles internos de forma constante e validar os serviços prestados pelo auditor independente da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Vice-Presidência Financeira, principal área responsável pelas demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia, conta com o suporte da Diretoria de Transações Financeiras do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) para elaboração das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

Para gerenciamento dos controles internos de forma independente, a Companhia conta com uma estrutura corporativa de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e *Compliance*, bem como uma área de Controles Internos dedicada ao negócio que, dentre outros, é responsável pelo estabelecimento, manutenção e avaliação da eficácia dos controles relacionados ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras e está subordinada ao Comitê de Auditoria Estatutário, tendo a responsabilidade de: (a) gerir o Canal de Ética e investigações de fraudes; (b) criar e executar o Plano de Auditoria Interna com foco em controles internos adequação às leis e políticas internas; (c) realizar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

acompanhamento dos planos de ação dos relatórios de Auditoria Interna; (d) identificar economias e redução de custos; (e) criar controles e realizar testes para garantir seu funcionamento; (f) revisar e publicar as políticas e procedimentos; (g) disseminar a cultura de controles internos; (h) atuar como mentores de controles e auxiliar na implantação/correção de processos; (i) controle e validação das solicitações de acesso e melhorias aos sistemas corporativos da Companhia (j) mapear os riscos inerentes ao negócio; (k) auxiliar na implantação de planos de ação; e (l) reportar tempestivamente à administração os resultados da gestão de riscos.

O Comitê de Auditoria Estatutário, por sua vez, tem a função de (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço; (ii) supervisionar as atividades: (ii.1.) dos auditores independentes, a fim de avaliar: (ii.1.1) a sua independência; (ii.1.2.) a qualidade dos serviços prestados; e (ii.1.3.) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (ii.2.) da área de controles internos da Companhia; (ii.3.) da área de auditoria interna da Companhia; e (ii.4.) da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (iii) monitorar a qualidade e integridade: (iii.1.) dos mecanismos de controles internos; (iii.2.) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e (iii.3.) no gerenciamento de riscos e *compliance*; (iii.4) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (iv.1.) a remuneração da administração; (iv.2.) a utilização de ativos da Companhia; e (iv.3.) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações; (vi) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (vii) elaborar relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (vii.1.) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (vii.2.) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia; (viii) elaborar meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas às suas competências; e (ix) demandar dos auditores independentes esclarecimentos a respeito de matérias de sua Competência.

O Conselho de Administração deve manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria e demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício. À Diretoria compete a elaboração do relatório e das demonstrações financeiras de cada exercício.

O Conselho Fiscal deve analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia, bem como examinar as demonstrações financeiras do exercício social, e sobre elas opinar.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado por meio de relatório ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia submetido ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente da Companhia, aos Diretores e aos Gerentes envolvidos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhadas em bases mensais pela área de Riscos, Auditoria Interna e Controles Internos. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possa impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as práticas recomendadas pelo *Internal Control Integrated Framework* emitido pelo COSO – 2013.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O auditor externo independente avaliou a estrutura de controle interno da Companhia utilizada na preparação de demonstrações financeiras (“controle interno”) no intuito de determinar a natureza e extensão dos procedimentos de auditoria necessários para emitir o seu relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia da estrutura de controle interno da Companhia.

Conceitualmente, uma deficiência de controle existe quando o desenho ou operação do controle não permite que a Administração ou seus funcionários, no curso normal do desempenho de suas funções, sejam capazes de prevenir ou detectar erros tempestivamente. Já uma deficiência significativa de controle interno é uma deficiência ou a combinação de deficiências de controle interno que é julgada de importância suficiente para merecer a atenção dos responsáveis pela governança, conforme definido pela NBC TA 265.

Como resultado da avaliação do auditor independente foram reportadas certas deficiências de controle, que, ao serem agregadas, foram avaliadas como deficiências significativas, e estão relacionadas a deficiências i) na execução dos controles gerais de tecnologia da informação (ITGCs) sobre a gestão de acesso aos sistemas da Companhia e suas subsidiárias e ao monitoramento de operações de TI que também impactaram a efetividade de controles automatizados e manuais dependentes de TI, em determinados processos de negócios e aspectos relativos à precisão de controles internos de determinados processos; e ii) no desenho e na operação de determinados controles do processo de projeções e instrumentos financeiros.

Essas deficiências significativas foram apresentadas pelo nosso auditor externo ao Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração discute todas as deficiências com o auditor independente, apontadas como significativas ou não, e concluiu que estas deficiências não afetaram de forma relevante as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Ainda assim, como responsável pela manutenção de uma estrutura de controles sobre a elaboração de demonstrações financeiras, a Administração entende que seus processos e controles precisam ser eficazes e, neste sentido, instituiu um Comitê de coordenação para implementar os planos de ação desenhados para mitigar os riscos de potenciais erros futuros nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: i) concluir a automação da gestão de identidades dos sistemas e a melhoria dos logs de acesso dos aplicativos objeto de deficiência, que permita o monitoramento, auditoria e rastreabilidade das atividades executadas pelos usuários; e ii) melhoria na documentação de premissas e análise de cenários de projeções, bem como, implantação de ferramenta voltada à valorização de instrumentos financeiros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(I) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A Companhia busca adotar os melhores procedimentos e práticas, de forma a obedecer à legislação e regulamentação aplicáveis, assim como às regras impostas no seu Código de Conduta e nas políticas do Grupo Cosan, do qual a Companhia faz parte, relacionadas à prevenção, detecção, e mitigação de desvios, fraudes, irregularidades e ilícitos, especialmente contra a Administração Pública.

Os documentos corporativos que reúnem as principais normas e os procedimentos afeitos ao tema são: (i) o Código de Conduta; (ii) a Política Anticorrupção; e (iii) a Política de Relacionamento com Órgãos Públicos, aplicáveis às sociedades integrantes do Grupo Cosan, disponíveis no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>), e com as seguintes características e objetivos:

Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2018 e sua atualização foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2019. O Código é aplicável a todos que mantêm vínculo estatutário ou empregatício com o Grupo Rumo, incluindo os colaboradores da Companhia, clientes, parceiros de negócios, agentes intermediários, procuradores, subcontratados, prestadores de serviços e fornecedores de bens e serviços, diretos ou indiretos, regulando os princípios e as práticas éticas que regem o relacionamento interno e externo da Companhia, e norteadora atuação dos seus funcionários. O Código de Conduta traça os princípios, procedimentos e boas práticas a serem observadas, por exemplo, com relação à mitigação de conflito de interesses, comutatividade das transações entre partes relacionadas, relacionamento com órgãos públicos, observância à Lei nº 12.846/2013 (“**Lei Anticorrupção**”), leis antitruste, e leis de combate ao trabalho escravo.

Política Anticorrupção: A Política Anticorrupção foi criada em 1º de agosto de 2015, tendo sido aprovada pelo Vice-Presidente Jurídico, Vice-Presidente Financeiro e pelo Superintendente de Auditoria e Compliance da Cosan S.A. (“**Cosan**”). A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, inclusive clientes, prestadores de serviços e fornecedores, tendo por objetivo conscientizar todos os funcionários acerca das normas constantes da Lei Anticorrupção, bem como definir as diretrizes a serem praticadas pelos colaboradores, em conformidade com a referida lei e com a FCPA (*Foreign Corrupt Practices Act, UK Bribery Act*).

Política de Relacionamento com Órgãos Públicos: A Política de Relacionamento com Órgãos Públicos foi criada em 5 de maio de 2014, tendo sido aprovada pelo Diretor Presidente, pelo Vice-Presidente Jurídico e pelo Superintendente de Auditoria e Compliance da Cosan. A Política é aplicável a todos os colaboradores da Companhia e tem por objetivo estabelecer as diretrizes para relacionamento com órgãos públicos, de forma a evitar qualquer infração ética pelos colaboradores da Companhia.

Política de Doações e Patrocínios: A Política de Doações e patrocínios foi criada em 29 de outubro de 2018 e aprovada do Conselho de Administração, aplicando-se a todos os colaboradores da Companhia a partir de então. A Política estabelece diretrizes para a realização de doações e patrocínios que envolvam a transferência de bens imóveis, móveis integrantes do patrimônio da Rumo e suas Controladas, inclusive valores monetários ou ainda serviços da Rumo, de modo a garantir que as doações e patrocínios sejam realizados com transparência, integridade e legalidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesses: A Política de Transações entre Partes Relacionadas foi criada em 29 de outubro de 2018 e atualizada em 31 de julho de 2019, pelo Conselho de Administração, aplicando-se a todos os colaboradores da Companhia. A Política visa estabelecer as diretrizes para a realização de Transações entre Partes Relacionadas e para hipóteses de potenciais Conflitos de Interesses.

Não há um procedimento formal ou periodicidade pré-definida para a revisão dos procedimentos da Companhia ou do Código de Conduta e das Políticas em si. Não obstante, as Políticas são revisadas quando há efetiva necessidade, diante de adoção de novas medidas ou complementação das já existentes.

Os riscos de integridade são avaliados, no máximo, anualmente, ou quando há efetiva necessidade de revisão em periodicidade menor.

(ii)a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia mantém uma estrutura corporativa de compliance aplicável às sociedades integrantes do Grupo Cosan, aprovada no dia 9 de novembro de 2017, pelos membros do Comitê de Auditoria da Cosan Limited e pelos membros do Comitê de Auditoria da Cosan, o qual é composto em sua integralidade por membros independentes, que cumprem os requisitos da Instrução CVM 509/11.

A estrutura é composta por Comitês (Comitês de Ética, Comitê de Compliance e Comitê de Auditoria) com um sistema de *report* sequenciado, que tem como objetivo dar maior visibilidade aos Conselhos de Administração das companhias do Grupo, acerca dos relatos de alta criticidade, que versem sobre supostas infrações éticas e/ou atos de corrupção, fraudes e desvios. Nessa diretriz, foi também definido que o Comitê de Ética passa a tratar exclusivamente de relatos sobre ética, com obrigatoriedade de *report* dos relatos ao Comitê de Compliance.

O Comitê de Ética tem como função:

- receber e deliberar sobre incidentes referentes a questões de ética (conduta, fraudes/desvios financeiro/operacionais);
- deliberar acerca da apuração de denúncias e a realização de investigação interna; e
- reportar ao Comitê de Compliance a consolidação das denúncias e incidente de alta criticidade (éticos) recebidas no período.

O Comitê de Compliance tem como atribuição:

- aprovar revisões do Código Conduta, políticas de Compliance e diretrizes do “Programa de Integridade”;
- deliberar sobre a solução das denúncias atos de corrupção (integridade);
- receber os reports das denúncias de alta criticidade dos Comitês de Ética, podendo recomendar medidas adicionais;
- reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário a consolidação das denúncias (éticas ou integridade) recebidas no período; e
- assegurar a uniformidade dos procedimentos e premissas adotadas dos Comitês de Ética.

O Comitê de Auditoria Estatutário

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

É o órgão de auxílio diretamente vinculado e subordinado ao Conselho de Administração da Companhia, de funcionamento permanente, com a composição e as competências fixadas em regimento interno. O Comitê é responsável, principalmente:

- pelo assessoramento ao Conselho de Administração em relação aos processos de controles internos, administração de riscos e Compliance;
- pela supervisão das atividades da auditoria interna; e
- pela supervisão das atividades da Companhia.

Para auxiliar os reportes, a Companhia utiliza áreas do Grupo Cosan, quais sejam (i) áreas de Controles Internos Corporativos, (ii) Auditoria Interna Corporativa; e (iii) o Compliance Corporativo, que têm as funções abaixo definidas:

Controles Internos (Corporativo):

- Elaborar, revisar e divulgar limites de autoridade, políticas e procedimentos;
- Garantir acessos adequados aos sistemas corporativos e alçadas de aprovação;
- Desenhar e implantar os controles necessários para adequada mitigação dos riscos dos negócios;
- Realizar follow-up das recomendações de auditoria para assegurar a implantação e aprimoramento do ambiente de controles;
- Prover informações e treinamentos de controles internos necessários para disseminação da cultura de governança; e
- Realizar gestão e investigação dos relatos recebidos no Canal de Ética para apuração dos fatos e adoção das tratativas necessárias.

Auditoria Interna (Corporativo):

- Realizar avaliação geral de riscos e elaborar Plano Anual de Auditoria com base na criticidade dos processos;
- Avaliar a performance dos processos e controles internos por meio da execução do Plano Anual de Auditoria;
- Conduzir o processo de avaliação interna e acompanhar a avaliação da auditoria externa dos controles SOX;
- Realizar testes periódicos de controles para garantir a sua efetividade frente aos riscos mapeados;
- Reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário os resultados dos trabalhos e assuntos relevantes do período.

Compliance Corporativo:

- Aprovar as diretrizes e ações do Programa Anticorrupção do Grupo Cosan; e
- Cuidar de todas as questões relativas a problemas de Compliance relacionados ao programa anticorrupção.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Conduta da Companhia, que reúne os valores empresariais, práticas, procedimentos, princípios-chave e normas de conduta relacionadas a decisões éticas, é aplicável a conselheiros, diretores, funcionários (próprios, terceirizados, estagiários ou temporários, independentemente de cargo ou posição), clientes, fornecedores, acionistas e parceiros da Companhia. Dessa forma, todos os

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

colaboradores da Companhia, independentemente de hierarquia, são responsáveis por criar e incentivar a cultura de realização de negócios pautados na ética.

A Companhia não tem um cronograma periódico de treinamento a respeito do seu Código de Conduta, para os Diretores, Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração e colaboradores das sociedades do grupo, mas mantém equipe competente e disponível para esclarecimentos de quaisquer dúvidas e questões a ele relacionadas que venham a surgir.

Ressalta-se, ainda, que o Grupo Cosan possui um programa de anticorrupção, iniciado em setembro de 2017, que tem como objetivo estruturar o programa de compliance da Companhia, sendo que até então diversas ações têm sido implementadas para sua estruturação e consolidação, incluindo treinamentos que deverão ser realizados entre a Alta Administração e colaboradores e, disponibilização de informativos internos para sua divulgação. A maior parte dos treinamentos na Companhia foi concentrada em 2017, no lançamento do programa, focada primordialmente em públicos específicos de gestores e líderes.

O não cumprimento do Código de Conduta ou das Políticas poderá sujeitar o infrator à aplicação de sanções cabíveis, determinadas de acordo com a gravidade da conduta praticada pelo empregado. As sanções estão previstas na Política de Medidas Disciplinares, incluindo, dentre outras (i) advertência verbal ou escrita; (ii) suspensão de 1 ou 3 dias (a depender da gravidade); e (iii) desligamento. Cabe ao gestor da área (no mínimo com posição de reporte à Diretoria) validar a análise realizada pelo superior imediato do funcionário e a equivalência da falta realizada. Todas as comunicações referentes às medidas disciplinares devem ser encaminhadas ao Departamento de Recursos Humanos e se necessário o jurídico é acionado.

O Código de Conduta foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2018 e sua atualização foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de julho de 2019. O Código de Conduta é entregue aos colaboradores no momento da contratação, na integração e está disponível integralmente para consulta de todos na intranet, no site da Companhia (<http://ri.rumolog.com/ptb/estatutos-politicas-e-codigo-de-etica>) e no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br>).

(b)canal de denúncia

O Canal de Ética, como é denominado no Grupo Cosan, é gerenciado por um terceiro contratado com a finalidade de garantir a idoneidade de todo o processo pelo qual é responsável. O Canal de Ética é utilizado para denúncias, relatos e comunicações de questões relacionadas aos assuntos mencionados nas Políticas e Código de Conduta.

O Canal de Ética pode ser acessado tanto por funcionários quanto por terceiros, tendo suas formas de acesso previstas no item V do Código de Conduta da Companhia, documento disponibilizado a colaboradores e terceiros. Além disso, o Canal de Ética é amplamente divulgado na intranet.

O acesso pode ser realizado por *call center* (0800 725 0039) ou por meio de site disponibilizado exclusivamente para esse fim (<http://www.canaldeetica.com.br/cosan>).

Exceto se por força de lei ou solicitação judicial, a Companhia garante, aos denunciantes de boa-fé, o sigilo das informações e/ou denúncias. A empresa contratada para recebimento das denúncias, utiliza sistemas e procedimentos de controles que asseguram o sigilo e a confidencialidade da denúncia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Conforme expressamente instituído em seu Código de Conduta, a Companhia não tolera nenhum tipo de retaliação contra qualquer pessoa, interna ou externa, que comunique de boa-fé uma violação ou suspeita de violação de qualquer norma jurídica ou do Código de Conduta.

O órgão responsável pela apuração e investigação de denúncias é o Comitê de Ética, com o suporte das áreas de Auditoria Interna, Riscos, Controles Internos e *Compliance*.

No último exercício social, a Companhia recebeu 618 manifestações relativas ao Código de Conduta (1.015 manifestação em 2020), no canal de denúncias.

(c)procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias a Companhia sempre atua de forma a resguardar seus melhores interesses, sendo que os procedimentos de *due diligence* são o principal mecanismo utilizado para identificar potenciais vulnerabilidades e riscos.

Através deste mecanismo a Companhia tem uma visão global ou pontual, a depender do seu escopo, especialmente sob os aspectos jurídicos, fiscais, financeiros, trabalhistas, dentre outros, razão pela qual é um mecanismo de prevenção essencial nos processos de cisões, fusões e incorporações e também para segurança em investimentos.

(d)razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, considerando que, conforme descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas voltados para preservação, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, exceto pelo seguinte risco relacionado à pandemia do COVID-19 e risco de ataque cibernético, ambos ocorridos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência: “Ameaças à saúde pública ou surtos de doenças transmissíveis podem ter um efeito adverso em nossas operações e resultados financeiros” e [incluir o título do risco cibernético]. Para mais informações sobre o impacto do COVID-19 no setor de atuação da Companhia, ataque cibernético e medidas adotadas, favor consultar o item 10.2.a.ii deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a controladora da Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2022, a Política de Segurança da Informação, como mecanismo de proteção, detecção e remediação aos riscos cibernéticos, aplicável à Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – “IFRS”*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)*.

1) Comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração da Companhia entende que as necessidades de caixa da Companhia consistem em capital de giro, pagamento do endividamento e despesas de capital relacionadas aos investimentos em suas operações. As fontes de liquidez da Companhia advêm do fluxo de caixa das suas operações e empréstimos de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o fluxo de caixa da Companhia utilizado nas atividades de investimentos foi oriundo principalmente dos empréstimos e capitalizações (Equity).

A tabela abaixo apresenta um resumo da situação patrimonial e financeira da Companhia (incluindo liquidez) para os exercícios indicados:

Exercício social encerrado em findo em 31 de dezembro de			
Consolidado (em R\$ milhões)	2021	2020	2019
Receita operacional líquida	3.745,0	3.781,9	4.135,5
Lucro bruto	1.537,9	1.482,0	1.723,1
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.158,0	701,7	1.084,6
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.067,9	1.952,5	2.016,1
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	416,1	2.638,3	1.731,4
Endividamento ⁽²⁾	4.017,7	11.106,0	8.274,4
Dívida líquida ⁽³⁾	2.863,8	4.911,3	5.014,8
Patrimônio líquido	4.170,1	3.802,9	3.779,6
Rentabilidade			
Lucro (prejuízo) líquido / Patrimônio líquido	27,8%	18,5%	28,7%
Liquidez corrente ⁽⁴⁾	1,35	2,13	3,61
(1) Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 86,7 milhões em dezembro de 2019.			
(2) Endividamento é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes e arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.			
(3) dívida líquida é calculada como a soma de empréstimos e financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros (circulantes e não circulantes) e instrumentos financeiros derivativos (passivo circulantes e não circulantes), líquidos de instrumentos financeiros derivativos (ativo circulantes e não circulantes), menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e caixa restrito de dívidas bancárias e financiamentos.			
(4) Liquidez corrente é calculada pela divisão do ativo circulante total pelo passivo circulante total.			

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.745,0 milhões, redução de 0,98% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O volume total transportado, de 37,3 bilhões de TKU, foi 5,7% inferior a 2020. Principalmente pela quebra de safra do milho, que resultou em uma perda de 30,3% em relação ao ano anterior nesse produto, a redução desse

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

volume foi atenuada pelo ganho de market share e o melhor desempenho no transporte de combustível e produtos industriais, que cresceram 38,8% e 5,1% respectivamente. O lucro operacional foi de R\$ 1.537,9 milhões, representando um aumento de 3,77% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. A dívida líquida somou R\$ 2.863,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que comparado ao valor de R\$ 4.911,3 milhões em 2020, representando uma redução de 41,69%, devido principalmente pela antecipação de pagamento da Senior Note em 2024 e pré-pagamento parcial da Senior Notes 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.781,9 milhões, redução de 8,55% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O volume total transportado, de 39,6 bilhões de TKU, foi 2,6% superior a 2019. Apesar do aumento do volume a receita líquida de transporte foi impactada pela queda das tarifas em 10,6% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. Destacamos o aumento do volume de açúcar (+87,1%), fertilizantes (+36,4%) e celulose (+23,7%). O volume de grãos permaneceu estável, em razão do cenário de mais competição e, especialmente no milho, pelo produtor segurado as exportações. A dívida líquida somou R\$ 4.911,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que comparado ao valor de R\$ 5.014,8 milhões em 2019, representando uma redução de 2,1%, se mantendo praticamente igual entre os exercícios, os saldos de caixa, advindo de recursos de financiamento e geração de caixa da operação juntamente com a proteção de hedge cambial compensaram o aumento da dívida no exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a receita operacional líquida atingiu R\$ 4.135,5 milhões, crescimento de 7,52% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. O volume total transportado, de 38,6 bilhões de TKU. O transporte de soja cresceu apenas 2,2% no ano devido a restrições operacionais no primeiro trimestre, em função das fortes chuvas no estado de São Paulo, e ao mercado desfavorável para exportação no segundo trimestre. O milho cresceu 8,7% como reflexo da boa performance de julho a novembro, já que em dezembro a baixa disponibilidade do grão fez as exportações caírem. O expressivo volume de fertilizantes contribuiu para o crescimento de 9,4% nos volumes agrícolas transportados no ano. O volume de produtos industriais cresceu 5,5%, principalmente em função do transporte de celulose. O lucro operacional foi de R\$ 1.723,1 milhões, representando um crescimento de 6,41% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A dívida líquida somou R\$ 5.014,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que comparado ao valor de R\$ 5.597,4 milhões em 2018, representando uma redução de 10,4%, em virtude da redução do endividamento, compensado parcialmente pelo maior saldo de caixa, advindo de recursos de financiamento e geração de caixa da operação.

2) Comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a economia global foi impactada pela pandemia do COVID-19, uma doença infecciosa causada pelo coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente que o surto de COVID-19 evoluiu para uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os Estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam a retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Desde o início da crise global pelo COVID-19, a companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais elevado, devido ao período de incertezas no mercado. A Companhia pré-pagou dívidas de longo prazo, reduzindo assim as despesas financeiras sobre essas dívidas. Os principais impactos na estrutura de capital da Companhia em 2021 referem-se aos pagamentos da Senior Notes 2024 no primeiro trimestre de 2021 e o pagamento parcial da Senior Notes 2025 no quarto trimestre de 2021, esse movimento de antecipação de pagamentos fez a companhia reduzir sua dívida líquida em 41,69% em relação ao ano de 2020. Os covenants financeiros são medidos anualmente na data-base do balanço e não tiveram alterações para o período mencionado.

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 é evidenciado pela tabela a seguir:

<i>(em milhões de R\$, exceto %)</i>	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Líquido	4.170,1	3.802,9	3.779,6
Empréstimos, financiamentos e debêntures e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes (passivo circulante e não circulante)	4.017,7	11.106,0	8.274,4
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários ⁽¹⁾	416,1	2.638,3	1.731,4
Instrumentos financeiros derivativos (ativo circulante e não circulante)	737,8	3.556,4	1.528,2
Dívida líquida ⁽²⁾	2.863,8	4.911,3	5.014,8
Dívida líquida/PL ⁽³⁾	68,7%	129,1%	132,7%
(1) Inclui caixa restrito de dívidas bancárias no montante de R\$ 86,7 milhões em dezembro de 2019.			
(2) A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.			
(3) Composto pela divisão da dívida líquida pelo valor do patrimônio líquido total do exercício.			

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 4.170,1 milhões, aumento de 9,66% em relação a 31 de dezembro de 2020, decorrente do resultado apurado no exercício de 2021, líquido das distribuições de dividendos (25% mínimos obrigatórios e complementares) e reservas obrigatórias. Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$ 3.802,9 milhões, aumento de 0,62% em relação a 31 de dezembro de 2019, decorrente do resultado apurado no exercício de 2020, líquido das distribuições de dividendos e reservas obrigatórias. Em 31 de dezembro de 2019 o patrimônio Líquido era de R\$ 3.779,6 milhões, aumento de 7,54% em relação a 31 de dezembro de 2018, decorrente do resultado apurado no exercício de 2018, líquido das distribuições de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresentava um endividamento no valor de R\$ 4.017,7 milhões, essa redução em relação ao ano de 2020 é explicada pelo pré-pagamento da Senior Notes 2024 de R\$ 4.149,8 milhões em março de 2021 combinado com o pré-pagamento de 50% da Senior Notes 2025 em novembro de 2021 no valor de R\$ 1.369,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentava um endividamento no valor de R\$ 11.106,0 milhões, um aumento de R\$ 2.831,6 milhões em relação ao exercício anterior, esse aumento pode ser explicado principalmente pela depreciação do real diante do dólar ao longo do período, devido a uma série de fatores locais e globais sendo a principal a pandemia COVID-19; impactando principalmente as dívidas da Companhia com exposição em dólar (sendo as principais NCE's (Senior Notes) com vencimento em 2024 e 2025).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apesar desse impacto na variação cambial das dívidas mencionadas, a Companhia não tem grandes impactos na dívida líquida e no resultado devido aos contratos de hedge de proteção à exposição cambial. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentava um endividamento no valor de R\$ 8.274,4 milhões, uma redução de R\$ 267,2 milhões em relação ao exercício anterior, o endividamento da companhia manteve o mesmo patamar do exercício anterior, devido a boa gestão de caixa, não houve necessidade de grandes captações ao longo do ano, utilizando recursos gerados pela operação para pagar as dívidas adquiridas ao longo dos últimos anos.

O capital de terceiros da Companhia, representado pelo endividamento, inclui o saldo das contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantis financeiros circulantes e não circulantes e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para expansão das operações de logística integrada.

Estrutura de capital			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Capital de terceiros (total endividamento Bruto)	49,1%	74,5%	68,6%
Capital próprio (patrimônio líquido total do exercício)	50,9%	25,5%	31,4%
(em milhões de R\$, exceto %)			
Patrimônio líquido total do exercício	4.170,1	3.802,9	3.779,6
Dívida Bruta	4.017,7	11.106,0	8.274,4
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	416,1	2.638,3	1.731,4
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	737,8	3.556,4	1.528,2
Dívida líquida(1)	2.863,8	4.911,3	5.014,8
Dívida líquida/Patrimônio Líquido(2)	68,7%	129,1%	132,7%

3)Comentários dos Diretores em relação à capacidade de pagamentos em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, suas disponibilidades e a expectativa de geração de fluxo de caixa, a administração entende que a Companhia terá capacidade de cumprir com todos os seus compromissos financeiros assumidos no curto prazo, embora não possa garantir que tal situação será mantida nos anos subsequentes. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e aquisições, a administração entende que a Companhia, e o grupo ao qual pertence, tem capacidade para contratá-los, como por exemplo o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas.

A seguir é apresentado um demonstrativo da dívida líquida e do capital circulante líquido da Companhia, nas datas indicadas:

A Companhia apresentava capital circulante líquido positivo ("Capital de Giro Líquido Ajustado") em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, respectivamente, nos montantes de R\$ 463,5 milhões, R\$ 462,9 milhões e R\$ 1.436,6 milhões, decorrente do curto prazo de faturamento de clientes (7 a 15 dias) e prazo de pagamento de fornecedores mais longo (acima de 45 dias).

A administração da Companhia acredita que as obrigações de curto prazo poderão ser satisfeitas preponderantemente com a geração de caixa operacional dos seus negócios, que foi de R\$ 3.067,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 (comparado a R\$ 1.952,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ milhões)				31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Vencimentos	Endividamento (31/12/2021) ¹	Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários (31/12/2021)	Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)	Dívida Líquida		
Curto Prazo (até 1 ano)	-473,5	416,1	-21,9	-79,3	1.756,8	1.150,9
Longo Prazo	-3.544,2	-	759,7	-2.784,5	-6.668,1	-6.165,7
Dívida Líquida²				-2.863,8	-4.911,3	-5.014,8
Ativo circulante, exceto caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos				1.052,2	1.215,5	1.815,5
Passivo circulante, exceto endividamento e derivativos				-588,7	-752,6	-378,9
Capital de Giro Líquido Ajustado³				463,5	462,9	1.436,6

¹ Endividamento é a soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures circulantes e não circulantes e instrumentos financeiros derivativos circulantes e não circulantes e arrendamentos mercantis financeiros circulantes e não circulantes.

² A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

³ O capital de giro líquido ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o capital de giro líquido ajustado de maneira diferente ao calculado pela Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do capital de giro líquido ajustado é útil para comparar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, bem como para nortear certas decisões administrativas.

4) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 2.863,8 milhões, representando uma redução de 41,69% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (conforme explicado no item de estrutura de capital). Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida da Companhia era de R\$ 4.911,3 milhões, representando uma redução de 2,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 5.014,8 milhões, uma redução de 10,4% em relação a 31 de dezembro de 2018.

Para maiores informações acerca dos contratos financeiros e do endividamento da Companhia, vide item 10.1(f) abaixo.

5) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Os Diretores acreditam que a Companhia tem acesso às mais diversificadas fontes de financiamento, tais como mercado de capitais local e internacional, bancos comerciais e de investimento e agências de fomento, como, por exemplo, o acesso ao mercado de capitais por meio de emissão de dívidas em 2021, 2020 e 2019, que podem ser utilizadas para financiamento do capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes. A Companhia também pode recorrer ao autofinanciamento, por meio da retenção de lucros e/ou aumentos de capital.

6) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(a) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía um endividamento (empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros e instrumentos derivativos passivos) de R\$ 4.017,7 milhões, dos quais R\$ 473,5 milhões, ou 11,79%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento da Companhia reduziu R\$ 7.088,3 milhões, entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, principalmente devido ao pré-pagamento das Seniors Notes 2024/2025 já explicado anteriormente. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um endividamento (empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros e instrumentos derivativos passivos) de R\$ 11.106,0 milhões, dos quais R\$ 1.219,5 milhões, ou 10,98%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento da Companhia aumentou R\$ 11.106,0 milhões, ou 34,22%, entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020, principalmente devido a captação de novas dívidas ao longo de 2020 combinado com depreciação do real diante do dólar, aumentando assim a dívida com exposição em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um endividamento (empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos mercantis financeiros e instrumentos derivativos passivos) de R\$ 8.274,4 milhões, dos quais R\$ 580,5 milhões eram representados por dívida de curto prazo, o endividamento entre 2019 e 2018 ficaram basicamente nos mesmos patamares, sem variação material entre os exercícios comparados.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Contratos	Taxa de juros	31/12/2021	31/12/2020	Vencimento
Empréstimos e financiamentos				
Com garantia				
Finame (BNDES)	Pré-fixado	24.803	43.416	jan/24
Finem (BNDES)	Pré-fixado	1.194.667	1.394.543	dez/29
NCE	CDI + 0,80%	515.928	505.061	dez/23
	CDI + 3,15%	-	468.516	mar/21
Senior Notes 2024	Pré-fixado (US\$)	-	4.535.874	fev/24
Senior Notes 2025	Pré-fixado (US\$)	-	3.096.109	jan/25
Senior Notes 2032	Pré-fixado (US\$)	1.559.976	-	jan/32
		3.295.374	10.043.519	
Debêntures				
Debêntures não conversíveis	IPCA + 4,68%	543.752	595.847	fev/26
Debêntures privadas	CDI + 1,30% a.a.	-	50.504	nov/21
		543.752	646.351	
Total				
Circulante		422.941	986.875	
Não circulante		3.416.185	9.702.995	
		3.839.126	10.689.870	

Apresentamos a seguir descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas Companhia destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Rumo S.A, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- FINEM – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

NCE

A controlada Rumo Malha Norte emitiu, em 24 de janeiro de 2018, NCE no valor de R\$500,0 milhões em favor do Bradesco, com vencimento em 26 de dezembro de 2023. A nota conta com o aval da Companhia e prevê, dentre outras, as seguintes hipóteses de vencimento antecipado:

- declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias relacionadas a operações financeiras e/ou a operações no mercado de capitais local ou internacional, da Rumo Malha Norte ou da Companhia com valor individual ou agregado superior a R\$ 50,0 milhões;
- alienação, fusão, cisão ou qualquer outro processo de reorganização societária, ou, ainda, alteração do controle acionário efetivo da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia, a não ser que previamente informado ao Bradesco e que não afete a capacidade de liquidez da referida nota, excetuadas as operações societárias realizadas dentro do Grupo Cosan e/ou caso os recursos obtidos com a alienação sejam mantidos dentro de tal grupo econômico;
- manutenção do índice da Dívida Líquida / EBITDA em, no máximo, 4,0x em 2018; 3,6x em 2019; 3,3x em 2020; e 3,5x a partir de 2021;
- constituição, pela Companhia e/ou por suas controladas, de qualquer dívida que possua preferência em relação à NCE, exceto (i) se previamente autorizado pelo Bradesco; (ii) para endividamentos com garantias de qualquer modalidade onde tais garantias sejam compartilhadas com o Bradesco; (iii) para eventuais contratos de financiamento celebrados com o BNDES e/ou qualquer outra agência de fomento; (iv) para contratos financeiros celebrados com instituições financeiras no âmbito de operações de repasse de recursos do BNDES; (v) contratos de prestação de fiança ou outra modalidade de garantia que vise garantir e/ou afiançar contratos firmados, nos termos dos itens (iii) e (iv) acima; e/ou (vi) em financiamentos para aquisição de ativos, nos quais os próprios ativos adquiridos sejam objeto da garantia outorgada; e
- venda ou transferência de ativos relevantes da Rumo Malha Norte, desde que afete de forma adversa a capacidade de pagamento da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia, de suas obrigações relativas à NCE, e que comprovadamente ocasione risco ao cumprimento das obrigações nela assumidas, excetuados os casos em que os recursos obtidos com a venda forem mantidos dentro do grupo econômico da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia ou, ainda, na hipótese da transferência dos ativos ocorrer para empresas do mesmo grupo econômico da Rumo Malha Norte e/ou da Companhia.

Para internação dos recursos da Senior Notes 2025 a controlada Rumo Malha Norte emitiu uma NCE em favor do Itaú, em 27 de abril de 2018, no montante de US\$ 500,0 milhões, com vencimento em 15 de janeiro de 2025. Por estratégia da Companhia, em 17 de novembro de 2021 foi realizado o pré-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

pagamento parcial de US\$ 250,0 milhões dessa NCE, com o saldo de US\$ 250,0 milhões restantes, esse instrumento foi aditado para compor a internalização da Senior Notes 2032.

Debêntures

Em 5 de dezembro de 2017, a companhia efetuou a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em Série Única, no montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos milhões) com vencimento em 5 de dezembro de 2025. As debêntures contam com garantia fidejussórias prestadas pela sua controladora Rumo S.A. O saldo em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 501,1 milhões, considerando o valor principal mais juros apropriados até a data.

Em 22 de fevereiro de 2019, a Companhia exerceu o direito de resgate antecipado facultativo do instrumento particular de escrita da 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no montante de principal de R\$ 500.000 e, simultaneamente, emitiu, no mesmo montante, a 11ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia, nos termos da instrução da comissão de valores mobiliários nº 476.

Além disso, as escrituras das debêntures acima descritas preveem determinadas hipóteses de vencimento antecipado, que incluem, por exemplo:

- (a) Transferência do controle acionário, direto ou indireto, da emissora e/ou da garantidora, sem que tenham sido constituídas garantias adicionais as debêntures de forma satisfatória aos debenturistas;
- (b) Cisão, fusão ou incorporação da emissora e/ou da garantidora ou qualquer subsidiária ou qualquer foram de reorganização societária envolvendo emissora e/ou garantidora sem a prévia autorização dos debenturistas;
- (c) venda ou transferência de ativos relevantes da emissora e/ou da garantidora;
- (d) constituição de qualquer nova dívida que tenha preferência às debêntures em eventual concurso de credores, exceto se as garantias forem compartilhadas com os debenturistas ou se tratar de eventual contrato de financiamento com o BNDES ou outra agência de fomento;
- (e) vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira, de valor igual ou superior a R\$ 50 milhões;
- (f) descumprimento de sentença judicial transitada em julgado, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$ 50 milhões;
- (g) falta de pagamento, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$ 50 milhões, não sanado em até 15 dias contados da respectiva data de vencimento; e
- (h) não cumprimento da legislação socioambiental, incluindo, mas não se limitando a legislação pertinente à Política Nacional do meio Ambiente e Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, bem como da legislação trabalhista, sem adotar as medidas e ações preventiva ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores.

(i) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, Companhia dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA, que não foram utilizadas, no valor total de R\$ 344,4 milhões (R\$ 346,6 milhões em 31 de dezembro de 2020). O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(ii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2021 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

Determinados empréstimos e financiamentos da Companhia são garantidos por alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, penhor de direitos creditórios, penhor de receitas, penhor de ações de emissão de subsidiárias da Companhia, entre outros.

(iii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em relação aos limites de endividamento, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros – limitando indiretamente o nível de endividamento. Os indicadores financeiros consistem na razão entre: (i) dívida líquida (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis financeiros, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O ratio pactuado é de até 4,0x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,4x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021. O limite reduz anualmente até atingir 3,5x em 2021.

Em relação à distribuição de dividendos, não há uma ressalva se a Companhia e suas controladas estiverem adimplentes com as obrigações previstas nos contratos de empréstimos e financiamentos.

Existem contratos que preveem restrições para a distribuição de dividendos se a Companhia estiver em mora ou estiver com *Covenants* de Dívida Financeira Líquida / EBITDA >3,5x, sendo que, neste caso, veda-se a distribuição de dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sem a aprovação previa do credor – exceto a distribuição mínima obrigatória prevista na Lei das Sociedades por Ações.

Com relação à alienação de ativos, a Companhia detém alguns contratos que vedam a alienação se não for objeto de aprovação prévia pelo credor.

Em se tratando da alienação do controle societário, a Companhia possui diversos contratos que vedam alteração do controle societário, porém trazem a ressalva de alteração do controle societário efetivo. Isto é, se a Cosan Logística S.A. permanecer como controladora direta ou indireta da Companhia o evento não será considerado hipótese de vencimento antecipado. Por outro lado, se o controle societário for transferido a terceiros fora do grupo, será caracterizado como Evento de Inadimplemento e o credor poderá vencer o contrato antecipadamente.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos no parágrafo acima, nos termos repactuados. A Companhia registrou os seguintes índices financeiros apurados com base em suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021:

- Dívida Líquida/EBITDA de 2,79x; e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- EBITDA/Resultado Financeiro de 4,91x.

Tendo em vista que a metodologia para apuração dos componentes dos índices financeiros é estipulada de modo específico em cada contrato de empréstimo e financiamento, não necessariamente esses valores correspondem aos valores de EBITDA e dívida bancária líquida apresentados nos demais itens do Formulário de Referência ou aos índices contratuais estipulados.

7) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia tinha disponível linhas de crédito de financiamento junto ao BNDES não utilizadas, no montante de R\$ 344,4 milhões (R\$ 346,6 milhões em 2020). A utilização destas linhas de crédito está condicionada ao atendimento de determinadas condições contratuais.

8) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Serão explicadas variações horizontais ("AH") acima de 5%, desde que a variação nominal supere R\$50,0 milhões.

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2021 x 2020	AH 2020 x 2019
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	173.625	1,90%	2.232.565	13,90%	920.972	7,21%	-92,22%	142,41%
Títulos e valores mobiliários	242.531	2,66%	405.734	2,53%	723.657	5,66%	-40,22%	-43,93%
Contas a receber de clientes	166.942	1,83%	364.302	2,27%	234.485	1,83%	-54,17%	55,36%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,00%	337.980	2,10%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Estoques	19.054	0,21%	17.785	0,11%	17.009	0,13%	7,14%	4,56%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	66.885	0,73%	42.622	0,27%	102.473	0,80%	56,93%	-58,41%
Outros tributos a recuperar	120.797	1,32%	170.053	1,06%	180.352	1,41%	-28,97%	-5,71%
Adiantamentos a fornecedores	660.434	7,24%	603.820	3,76%	502.423	3,93%	9,38%	20,18%
Debêntures privadas	-	0,00%	-	0,00%	767.296	6,00%	-100,00%	-100,00%
Outros ativos	18.075	0,20%	16.922	0,11%	11.361	0,09%	6,81%	48,95%
Ativo circulante	1.468.343	16,09%	4.191.783	26,10%	3.460.028	27,08%	-64,97%	21,15%
Contas a receber de clientes	27	0,00%	35	0,00%	35	0,00%	-22,86%	0,00%
Caixa restrito	116	0,00%	2.164	0,01%	86.691	0,68%	-94,64%	-97,50%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	89.440	0,98%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	152.845	1,68%	14.193	0,09%	140.506	1,10%	976,90%	-89,90%
Outros tributos a recuperar	44.411	0,49%	32.692	0,20%	14.202	0,11%	35,85%	130,19%
Depósitos judiciais	36.237	0,40%	37.401	0,23%	33.713	0,26%	-3,11%	10,94%
Instrumentos financeiros derivativos	759.696	8,33%	3.218.358	20,04%	1.528.181	11,96%	-76,39%	110,60%
Debêntures privadas	-	0,00%	792.535	4,93%	-	0,00%	-100,00%	0,00%
Adiantamentos a fornecedores	697.264	7,64%	2.011.779	12,53%	2.110.024	16,51%	-65,34%	-4,66%
Outros ativos	11.421	0,13%	8.626	0,05%	545	0,00%	32,40%	1482,75%
Investimentos em controladas e coligadas	97.609	1,07%	91.623	0,57%	92.529	0,72%	6,53%	-0,98%
Direito de uso	741.767	8,13%	820.951	5,11%	803.230	6,29%	-9,65%	2,21%
Imobilizado	5.013.440	54,95%	4.835.410	30,11%	4.506.850	35,27%	3,63%	7,29%
Intangíveis	10.778	0,12%	3.918	0,02%	2.180	0,02%	175,09%	79,72%
Ativo não circulante	7.655.051	83,91%	11.869.685	73,90%	9.318.676	72,92%	-35,51%	27,38%
Total do ativo	9.123.394	100,00%	16.061.468	100,00%	12.778.704	100,00%	-43,20%	25,69%

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Houve uma redução em caixa e equivalentes de caixa de 92,22% em 31 de dezembro de 2021 quando comparado a 31 de dezembro de 2020, totalizando R\$173,6 milhões e R\$ 2.232,6 milhões respectivamente. Essa variação é explicada basicamente pela utilização de caixa para pagamento antecipado das Sênior Notes 2024/2025 no decorrer de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Títulos e valores mobiliários***

Redução de 40,22% em títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação a 31 de dezembro de 2020, totalizando R\$ 242,5 milhões e R\$ 405,7 milhões, Respectivamente. A redução decorre da utilização desses recursos para pagamento de investimentos necessários na operação e despesas operacionais. Conforme a política de liquidez da Companhia, optou-se por deixar menos recursos em títulos e valores mobiliários, em linha com a movimentação de caixa e equivalente de caixa.

Contas a receber de clientes

A variação nas contas a receber de clientes refere-se principalmente aos valores pagos pela Malha Paulista a Rumo malha Norte em 2021 referente ao contrato de partilha de frete estabelecido através de contrato firmado em condições estabelecidas no COE.

Adiantamento a fornecedores

Variação refere-se basicamente a prestação de serviços entre partes relacionadas, o aumento é juntamente com a Portofer no valor de R\$ 52,0 milhões, cuja os montantes foram apurados no decorrer de 2021 conforme rateio dos resultados para fins de recobrança das empresas que operam no terminal.

Ativo não circulante***Imposto de renda e contribuição social diferidos***

O saldo no imposto de renda e contribuição social diferido apurado devido as movimentações dos pré-pagamentos de dívidas ao longo de 2021.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Variação de R\$ 138,7 milhões na conta de impostos a recuperar refere-se ao impacto causado pelo desmonte dos derivativos de proteção cambial (hedge) realizados no mesmo momento do pré-pagamento das dívidas relativas a Senior Notes 2024/2025, cujo o ganho é tributável.

Instrumentos financeiros derivativos

Impacto refere-se ao desmonte do hedge de proteção cambial da Sênior Notes 2024/2025 devido ao pré-pagamento dessas dívidas ao longo de 2021.

Debêntures privadas

Em 16 de dezembro de 2021, ocorreu a liquidação no da debênture privada que a Companhia possuía junto a sua controladora Rumo S.A.

Adiantamento a fornecedores

A variação em adiantamentos a fornecedores se referem aos pagamentos das prestações de serviços de partilha de fretes entre Malha Paulista e Malha Norte, sendo o cronograma de liquidação previsto em contrato.

Direito de uso

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Impacto pode ser explicado principalmente pelo ajuste no contrato da RB Capital relativo ao exercício da opção de compra do Terminal de Rondonópolis ocorrida em 2021 pela Rumo, alterando assim o arrendamento junto a Malha Norte com reflexo negativo no direito de uso de R\$37,3 milhões combinado com amortização do período de R\$63,4 milhões; parcialmente compensados pelos reajustes contratuais de outros ativos no montante de R\$21,5 milhões.

Imobilizado

O aumento refere-se basicamente por obras em andamento com adição de R\$ 626,8 milhões compensado pela depreciação no exercício de 2021 de R\$ 431,3 milhões, sendo R\$ 25,2 milhões de edificações, R\$ 68,8 milhões de máquinas/equipamentos, R\$ 238,4 milhões de locomotivas/vagões e R\$ 94,5 milhões de via permanente.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Ativas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Houve um aumento significativo em caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 2.232,6 milhões e R\$ 921,0 milhões, respectivamente. Esse aumento é reflexo do movimento para reforçar o caixa em março de 2020 início da pandemia Covid, e até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram feitas captações no montante de R\$ 899.0 milhões.

Títulos e valores mobiliários

Redução de 43,93% em títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação a 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 405,7 milhões e R\$ 723,6 milhões, respectivamente. A redução decorre do aumento de recursos em caixa com liquidez de curto prazo facilitando os investimentos necessários na operação. Conforme a política de liquidez da Companhia, optou-se por deixar os recursos disponíveis em CDBs ao invés de sua aplicação direta em títulos e valores mobiliários, em linha com a movimentação de caixa e equivalente de caixa.

Instrumentos financeiros derivativos

Reclassificação entre o curto e longo prazo em 2020 de R\$ 338,0 milhões.

Debêntures privadas

Refere-se a reclassificação de curto para longo prazo em 2020 devido a alteração de prazo contratual, essa operação ocorreu em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada emitidas por sua controladora, e dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 792,5 milhões.

Ativo não circulante

Caixa restrito

A redução de ou 76,63%, no saldo de caixa restrito registrado em 31 de dezembro de 2020 decorre da liberação de depósitos em garantia de fianças e de aplicações vinculadas a empréstimos que foram objeto de liquidação antecipada ou repactuação dos empréstimos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumentos financeiros derivativos

Além da reclassificação entre o curto e longo prazo em 2020 de R\$ 338,0 milhões, a captação de empréstimos na modalidade NCE, em moeda estrangeira (dólar), fez com que a Companhia contratasse instrumentos derivativos (Swap) de proteção contra o risco cambial. Em 31 de dezembro de 2020 esses instrumentos apresentavam um valor justo de R\$ 3.218,4 milhões em favor da Companhia. Os instrumentos fazem parte de estrutura de hedge, sendo a variação do valor justo registrada no resultado para anular o efeito de variação cambial gerada pelo saldo de empréstimo protegido.

Debêntures privadas

Aumento refere-se a reclassificação de curto para longo prazo em 2020 devido a alteração de prazo contratual, essa operação ocorreu em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada emitidas por sua controladora, e dezembro de 2020 esse montante é de R\$ 792,5 milhões.

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2020	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2019 x 2018	AH 2019 x 2018
PASSIVO								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	422.941	4,64%	986.875	6,14%	483.878	3,79%	-57,14%	103,95%
Passivos de arrendamento	110.407	1,21%	270.575	1,68%	134.825	1,06%	-59,20%	100,69%
Instrumentos financeiros derivativos	21.907	0,24%	-	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Fornecedores	197.003	2,16%	418.174	2,60%	190.697	1,49%	-52,89%	119,29%
Ondas e salários a pagar	87.009	0,95%	40.043	0,25%	58.704	0,46%	117,29%	-31,79%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.922	0,25%	3.189	0,02%	624	0,00%	618,78%	411,06%
Outros tributos a pagar	6.887	0,08%	8.019	0,05%	4.937	0,04%	-14,12%	62,43%
Dividendos a pagar	2.110	0,02%	168.140	1,05%	1.169	0,01%	-98,75%	14283,23%
Adiantamento de clientes	21.202	0,23%	5.447	0,03%	32.738	0,26%	289,24%	-83,36%
Receitas diferidas	1.458	0,02%	1.642	0,01%	2.902	0,02%	-11,21%	-43,42%
Outros passivos financeiros	150.528	1,65%	64.237	0,40%	48.583	0,38%	134,33%	32,22%
Outras contas a pagar	39.658	0,43%	6.000	0,04%	415	0,00%	561,13%	1345,78%
Passivo circulante	1.084.042	11,88%	1.972.341	12,28%	959.472	7,51%	-45,04%	105,57%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.416.185	37,44%	9.702.995	60,41%	7.361.569	57,61%	-64,79%	31,81%
Passivos de arrendamento	414.692	4,55%	359.059	2,24%	477.158	3,73%	15,49%	-24,75%
Outros tributos a pagar	-	0,00%	1.301	0,01%	1.301	0,01%	-100,00%	0,00%
Provisão para demandas judiciais	19.339	0,21%	25.181	0,16%	26.561	0,21%	-23,20%	-5,20%
Imposto de renda e contribuição social diferidas	-	0,00%	175.250	1,09%	142.795	1,12%	-100,00%	22,73%
Receitas diferidas	6.567	0,07%	8.024	0,05%	8.424	0,07%	-18,16%	-4,75%
Outras contas a pagar	12.475	0,14%	14.370	0,09%	21.814	0,17%	-13,19%	-34,12%
Passivo não circulante	3.869.258	42,41%	10.286.180	64,04%	8.039.622	62,91%	-62,38%	27,94%
Total do passivo	4.953.300	54,29%	12.258.521	76,32%	8.999.094	70,42%	-59,59%	36,22%
Patrimônio líquido								
Capital Social	2.461.503	26,98%	2.461.503	15,33%	2.461.503	19,26%	0,00%	0,00%
Reserva de capital	22.725	0,25%	22.725	0,14%	22.725	0,18%	0,00%	0,00%
Ajuste de avaliação patrimonial	2.527	0,03%	2.494	0,02%	2.446	0,02%	1,32%	1,96%
Reserva de lucros	1.683.339	18,45%	1.316.225	8,19%	1.292.936	10,12%	27,89%	1,80%
Total do patrimônio líquido	4.170.094	45,71%	3.802.947	23,68%	3.779.610	29,58%	9,65%	0,62%
Total do passivo e patrimônio líquido	9.123.394	100,00%	16.061.468	100,00%	12.778.704	100,00%	-43,20%	25,69%

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Passivo circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Houve uma redução significativa em empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, totalizando R\$ 422,9 milhões e R\$ 986,9 milhões, respectivamente. Essa redução é reflexo dos pagamentos antecipados de dívidas que venceriam nos próximos 12 meses. Geralmente o impacto dessa linha é apenas transferência de parcelas de longo prazo para curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivos de arrendamentos

Totalizou R\$ 110,4 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 270,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Basicamente pode ser explicado pelo exercício da opção de compra dos contratos de leasing financeiro (vagões/locomotivas) ao longo de 2021.

Fornecedores

A redução de 52,89% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 partindo de um saldo de R\$ 418,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 e atingindo R\$ 197,0 milhões em 2021, decorre principalmente com fornecedores de materiais e serviços; o principal impacto foi o pagamento das operações *intercompany* entre Malha Paulista e Malha Norte relacionadas a fretes no valor de R\$ 216,0 milhões quitados pela Malha paulista ao longo de 2021.

Dividendos a pagar

Refere-se aos dividendos declarados mínimos obrigatórios de 25% sobre o Lucro Líquido Ajustado do exercício de 2020, pagos ao longo de 2021.

Outros passivos financeiros

Refere-se ao saldo antecipado por nossos fornecedores (basicamente Capex e Diesel) junto a instituições financeiras. Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contrapartes, a uma taxa média de 10,60% a.a. (3,00% a.a. em 31 de dezembro de 2020). O prazo médio dessas operações gira em torno de 90 dias.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Houve uma redução significativa em empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, totalizando R\$ 3.416,2 milhões e R\$ 9.703,0 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$ 6.286,8 milhões é reflexo dos pré-pagamentos do Bonds Senior Notes 2024 (R\$ 4.149,8 milhões) e pagamento parcial da Senior Notes 2025 (R\$ 1.369,3 milhões).

Passivos de arrendamentos

Pode ser explicado basicamente pelo ajuste da opção de compra do terreno e barracões de Rondonópolis (RB Capital) em 2021 de R\$ 37 milhões.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Devido a apuração durante o ano de 2021 relativo aos pré-pagamentos e desmontes de hedges de proteção cambial o imposto de renda e contribuição social passaram a ser ativos.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais Passivas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Passivo circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Houve um aumento significativo em empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$ 986,9 milhões e R\$ 483,9 milhões, respectivamente. Esse aumento é reflexo das captações para reforçar o caixa devido a pandemia Covid, esse aumento no curto prazo refere-se a emissão da NCE de R\$ 450,0 milhões em favor do banco Bradesco com vencimento em março de 2021.

Passivos de arrendamentos

Totalizou R\$ 270,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 134,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Basicamente pode ser explicado pelo reconhecimento da opção de compra do terreno e barracões de Rondonópolis (RB Capital) para 2021, complemento de R\$ 87,8 milhões; combinado com reajustes contratuais de R\$ 13,3 milhões dos contratos atuais.

Fornecedores

O saldo aumentou em 119,29% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 partindo de um saldo de R\$ 190,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e atingindo R\$ 418,2 milhões em 2020, decorre principalmente com fornecedores de materiais e serviços (basicamente a natureza desses valores são de curto prazo, pagas dentro de 45 dias do reconhecimento); combinado com compras de ativos imobilizados com pagamentos a prazo, impactando a linha de fornecedores.

Dividendos a pagar

Refere-se aos dividendos declarados mínimos obrigatórios de 25% sobre o Lucro Líquido Ajustado do exercício de 2020.

Passivo não circulante***Empréstimos e financiamentos***

Houve um aumento em empréstimos, financiamentos e debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019, totalizando R\$9.703,0 milhões e R\$7.361,6 milhões, respectivamente. Esse aumento é reflexo das novas captações ao longo do exercício de 2020 para reforço de caixa devido a pandemia COVID (captação através de NCE, BNDES etc.), combinado com depreciação do real diante do dólar, aumentando assim a dívida com exposição ao câmbio, basicamente NCE's com vencimento em 2024 e 2025 (*Senior Notes*).

Arrendamento mercantil

Basicamente pode ser explicado pelas apropriações de juros e variação cambial de R\$ 96,4 milhões dos contratos atuais no exercício de 2020.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 0,62% durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, quando registrou saldo de R\$ 3.802,9 milhões (R\$ 3.779,6 milhões em 2019), o aumento decorre, principalmente do resultado (lucro) do exercício de 2020; compensado pelo pagamento de dividendos de exercícios anteriores no montante de R\$ 511,8 milhões; e reclassificação para o passivo de dividendos a pagar (declarados mínimos obrigatórios de 25%) sobre o lucro do exercício de 2020 de R\$ 166,7 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	AH 2021 x 2020	AH 2020 x 2019
Receita operacional líquida	3.745.014	100,00%	3.781.915	100,00%	4.135.513	100,00%	-0,98%	-8,55%
Custos dos serviços prestados	-2.207.164	-58,94%	-2.299.891	-60,81%	-2.412.436	-58,33%	-4,03%	-4,67%
Lucro bruto	1.537.850	41,06%	1.482.024	39,19%	1.723.077	41,67%	3,77%	-13,99%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	-178.461	-4,77%	-139.906	-3,70%	-139.654	-3,38%	27,56%	0,18%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.399	0,17%	17.971	0,48%	-3.640	-0,09%	-64,39%	-593,71%
Despesas operacionais	-172.062	-4,59%	-121.935	-3,22%	-143.294	-3,46%	41,11%	-14,91%
Equivalência patrimonial em associadas	11.711	0,31%	12.236	0,32%	20.957	0,50%	-4,29%	-41,36%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	1.377.499	36,78%	1.372.325	36,29%	1.600.650	38,70%	0,38%	-14,26%
Resultado financeiro, líquido	29.810	0,80%	- 501.906	-13,27%	- 328.866	-7,95%	-105,94%	52,62%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.407.309	37,58%	870.419	23,02%	1.271.784	30,75%	61,68%	-31,56%
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	-
Corrente	-514.018	-13,73%	-136.290	-3,60%	-130.332	-3,15%	277,15%	4,57%
Diferido	264.703	7,07%	-32.421	-0,86%	-56.819	-1,37%	-916,47%	-42,94%
Lucro/Prejuízo do exercício	1.157.999	30,92%	701.708	18,55%	1.084.633	26,23%	65,03%	-35,30%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020**Receita líquida**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida atingiu R\$ 3.745,0 milhões, redução de 0,98% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O volume total transportado, de 37,3 bilhões de TKU, foi 5,7% inferior a 2020. Principalmente pela quebra de safra do milho, que resultou em uma perda de 30,3% em relação ao ano anterior nesse produto, a redução desse volume foi atenuada pelo ganho de *market share* e o melhor desempenho no transporte de combustível e produtos industriais, que cresceram 38,8% e 5,1% respectivamente.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados se mantiveram nos mesmos patamares no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 2.207,2 milhões quanto comparado a R\$ 2.299,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de 4,03%. Os custos dos serviços prestados representaram 58,94% e 60,81% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2021 foram de R\$ 178,5 milhões versus R\$ 139,9 milhões em 2020.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tivemos resultado financeiro líquido representado por receitas financeiras, líquidas de R\$ 29,8 milhões, comparativamente a uma despesa financeira de R\$ 501,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2020, reflexo da redução em variação cambial das dívidas em USD pré-pagas em 2021 (Senior Notes 2024/2025) combinado com o desmonte dos derivativos de proteção cambial (hedges) dessas dívidas, gerando um ganho ao longo do ano.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

Basicamente é explicado pelo resultado financeiro de 2021; como mencionado todo o imposto corrente e diferido foram gerados pelo ganho relativo ao pré-pagamento das dívidas Senior Notes 2024/2025 combinado com o desmonte dos hedges de proteção cambial dessas dívidas.

Lucro líquido

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro do período foi de R\$ 1.158,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em comparação com lucro líquido de R\$ 701,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o que representou um aumento de 65,03% devido aos motivos apresentados e explicados anteriormente nas linhas de resultado.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Receita líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 3.781,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação aos R\$ 4.135,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O volume total transportado, de 45,9 bilhões de TKU, foi 7% superior a 2019. Apesar do aumento do volume, a receita líquida de transporte foi impactada pela queda das tarifas em 10,6% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. Destacamos o aumento do volume de açúcar (+87,1%), fertilizantes (+36,4%) e celulose (+23,7%). O volume de grãos permaneceu estável, em razão do cenário de mais competição e, especialmente no milho, pelo produtor segurado as exportações. A operação de elevação portuária apresentou aumento, como consequência do cenário favorável para exportação de açúcar.

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 2.299,9 milhões comparativamente a R\$ 2.412,4 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 84,67%. Os custos dos serviços prestados representaram 60,81% e 58,33% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. As despesas gerais e administrativas em 2020 foram de R\$ 139,9 milhões versus R\$ 139,7 milhões em 2019.

Resultado financeiro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tivemos resultado financeiro líquido representado por despesas financeiras, líquidas de R\$ 501,9 milhões, comparativamente a R\$ 328,9 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 52,61%, reflexo do aumento marginal apresentado no montante da dívida impactada principalmente pela variação cambial negativa, resultante da depreciação da moeda Real diante do dólar em 2020.

Lucro líquido

O lucro do período foi de R\$ 701,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em comparação com lucro líquido de R\$ 1.084,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de 35,30% devido aos motivos apresentados e explicados anteriormente nas linhas de resultado.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

(em R\$ mil, exceto %)	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	2019 x 2018	2019 x 2018
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.067.946	1.952.526	2.016.133	57,1%	-3,2%
Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento	396.518	-261.608	1.056.092	-251,6%	-124,8%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-5.523.404	-379.325	-2.227.249	1356,1%	-83,0%
Decréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	-2.058.940	1.311.593	844.976	-257,0%	55,2%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.232.565	920.972	75.996	142,4%	1111,9%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	173.625	2.232.565	920.972	-92,22%	142,41%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O principal fator do aumento do caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi o recebimento do adiantamento feito a Malha Paulista de R\$ 1.314,7 milhões em anos anteriores.

Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento

O caixa gerado nas atividades de investimentos foi de R\$ 396,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, quando ocorreu a utilização de caixa de R\$ 261,6 milhões. Essa variação decorreu do recebimento de mútuo em 2021 de R\$ 756,3 milhões, o que não ocorreu em 2020.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa utilizado nas atividades de financiamento em 2021 reflete basicamente o pré-pagamento das dívidas relativas Senior Notes 2024/2025 combinado com o desmonte dos hedges de proteção cambial no mesmo momento.

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

O caixa e equivalente de caixa variou de R\$ 2.232,6 milhões em 2020, para R\$ 173,6 milhões em 2021, em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2021 um saldo final de R\$ 416,2 milhões.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O principal fator da redução do caixa líquido gerado pelas operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi a queda das tarifas em 10,6% em função: (i) dos menores preços praticados, em razão da pavimentação da BR-163, ainda sem a esperada cobrança de pedágio; (ii) menores patamares de preço do diesel, principalmente no primeiro semestre e; (iii) do mix de produtos transportados - com maior volume de açúcar e industriais. Destaque nas contas a receber de clientes de R\$ 134,3m compensado por fornecedores de R\$ 251,6 milhões em 2020.

Caixa líquido utilizado (gerado) nas atividades de investimento

O caixa utilizado nas atividades de investimentos reduziu para R\$ 251,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação decorreu do recebimento de mútuo em 2019 de 630,7 milhões, o que não ocorreu em 2020; combinado com redução dos títulos e valores mobiliários de R\$ 954,7 milhões quando comparado 2020 e 2019.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa gerado nas atividades de financiamento em 2020 reflete as captações de R\$ 898,9 milhões em novos financiamentos (R\$ 662,7 milhões em 2019), seguidas de amortizações de principal de R\$ 221,7 milhões (R\$ 1.349,0 milhões em 2019), amortizações de juros de R\$ 509,0 milhões (R\$ 477,9 milhões em 2019), instrumentos financeiros derivativos R\$ 169,3 milhões (R\$ 1,9 milhões em 2019) e pagamento de dividendos R\$ 511,5 milhões (R\$ 819,5 milhões em 2019).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício***

O caixa e equivalente de caixa variou de 2019, de R\$ 921,0 milhões, para R\$ 2.232,6 milhões em 2020 em decorrência das atividades operacionais, de investimento e financiamento acima mencionadas. Adicionalmente, boa parte das disponibilidades da Rumo é classificada como caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, apresentando este em 2020 um saldo final de R\$ 2.638,3 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

1) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta pelo (i) transporte ferroviário de produtos agrícolas, produtos industriais e contêineres e (ii) outras receitas que incluem receitas pelo direito de passagem de outras ferrovias e receitas pelo transporte de açúcar por outras ferrovias ou pelo modal rodoviário.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

- ambiente macroeconômico brasileiro;
- aquisições, parcerias e reestruturações societárias;
- demanda por serviços logísticos;
- sazonalidade;
- flutuações cambiais;
- inflação;
- operações de hedge (conforme apresentadas no item 5.1 do Formulário de Referência);
- volatilidade dos preços internacionais de petróleo (denominado em dólares) e mudanças correlatas nos preços domésticos de petróleo (denominado em reais), que impactem os resultados de transporte da Companhia;
- crescimento do Produto Interno Bruto no setor do agronegócio brasileiro, o qual pode impactar a demanda pelos serviços da Companhia e, consequentemente, os volumes distribuídos e vendas no Brasil; e
- políticas tarifárias adotadas pelo governo brasileiro e pelos estados nos quais a Companhia opera e, consequentemente, suas obrigações tributárias.

Pandemia de COVID 19

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020.

Impactos na elaboração das demonstrações financeiras

As operações da Rumo não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Os terminais portuários continuaram operando, com os devidos protocolos de segurança, e não houve limitação às exportações. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o impairment de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por impairment.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores determinantes da variação da receita bruta da Companhia, em função de sua composição, nos três últimos exercícios sociais foram a variação nos volumes e/ou tarifas operadas.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia podem ser impactados por fatores diversos, tais como: (i) inflação; (ii) preços dos produtos transportados; (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro.

A inflação pode impactar direta ou indiretamente as operações da Companhia uma vez que os custos e despesas operacionais são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias, assim como variações no preço do diesel. Geralmente, estes ajustes são parcialmente ou totalmente compensados com reajustes das tarifas cobradas dos clientes da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Até a data deste Formulário de Referência não foi introduzido ou alienado quaisquer segmentos operacionais em nossas atividades.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Em 2021, ocorreram eventos ou operações não usuais, conforme descritas abaixo:

Pré pagamento NCE 2024

Em 26 de março de 2021, a Companhia efetuou o pré-pagamento da NCE, no valor de USD 750.000, equivalente a R\$ 4.149.750, com vencimento original em fevereiro de 2024, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em fevereiro de 2017. Os derivativos contratados para proteção da operação foram liquidados no mesmo período.

Pré pagamento NCE 2025

Em 17 de novembro de 2021, a Companhia efetuou o pré-pagamento de 50% da NCE 2025, no valor de USD 250.000, equivalente a R\$ 1.369.300, com vencimento original em janeiro de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato da operação firmado em abril de 2018. O saldo remanescente da NCE 2025 (USD 250.000) foi vinculado ao Senior Notes 2032, essa estrutura foi aproveitada para fins de internalização do recurso via NCE. Os derivativos de proteção da operação foram parcialmente liquidados na mesma proporção de 50%, o saldo remanescente (USD 250.000) foi designado para a operação com vencimento em 2032.

Liquidação debêntures privadas

Em 16 de dezembro de 2021, ocorreu a liquidação no da debênture privada no valor de R\$ 335.859, que a Companhia possuía junto a sua controladora Rumo S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. No exercício de 2019, a partir de 1º de janeiro, a Companhia e suas controladas passaram a adotar as novas interpretações contábeis do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, porém essa mudança na prática contábil já vem sendo aplicada de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais consolidadas da Companhia e pelas entidades do grupo.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020. No exercício de 2019, a partir de 1º de janeiro, a Companhia e suas controladas passaram a adotar as novas interpretações contábeis do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, porém essa mudança na prática contábil já vem sendo aplicada de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais consolidadas da Companhia e pelas entidades do grupo. Como a norma iniciou em 1º de janeiro de 2019 já está comparativa para o ano de 2020, não prejudicando assim a leitura do Formulário de Referência.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia consideram os princípios contábeis críticos importantes para a descrição da condição financeira e dos resultados operacionais da Companhia, sendo certo que a sua adoção requer julgamentos difíceis, subjetivos ou complexos, usualmente relacionados à necessidade de se fazer estimativas sobre o efeito de questões cuja incerteza é inerente. Nesse sentido, nota-se que o aumento do número de variáveis e premissas torna os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Para permitir uma melhor compreensão acerca da avaliação dos Diretores sobre eventos futuros, incluindo as variáveis e premissas inerentes às estimativas, além da sensibilidade de tais avaliações em relação a circunstâncias variadas, foram identificados os princípios contábeis críticos, que são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, como expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Nesse contexto, os julgamentos, estimativas e premissas significativas utilizados nas demonstrações financeiras da Companhia estão contemplados a seguir:

Ativos Imobilizado e intangível, incluindo ágio: O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados incluem as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizados adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa. A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de impairment de ativos intangíveis de vida útil definida e imobilizados. Além disso, um teste de impairment é efetuado para ágio, ativos intangíveis com vida útil indefinida ou quando indicadores de impairment estão presentes. A redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados de entrada (premissas) para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez e risco de crédito. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para demandas judiciais. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o montante foi estimado com segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Pagamento baseado em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários através do valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade, rendimento de dividendos e outras premissas.

A descrição detalhada de todas as práticas contábeis da Companhia está divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

Contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos últimos três exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos, incluindo:

O plano abaixo refere ao plano da Rumo S.A. consolidado, na qual a Companhia está inserida. Portanto, os valores mencionados referem-se ao total consolidado.

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia investiu por meio de adições ao imobilizado e intangível o montante de R\$3.453,4 milhões, sendo que as principais iniciativas foram: (i) aquisição de locomotivas; (ii) melhorias na via; (iii) aquisições de vagões; (iv) melhorias em Terminais; (v) construção da via da Malha Central; e (vi) investimentos recorrentes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia investiu por meio de adições ao imobilizado e intangível o montante de R\$2.979,2 milhões, sendo que as principais iniciativas foram: (i) aquisição de locomotivas; (ii) melhorias na via; (iii) aquisições de vagões; (iv) melhorias em Terminais; e (v) investimentos recorrentes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia investiu R\$ 1.943,1 milhões, sendo que as principais iniciativas foram: (i) aquisição de locomotivas; (ii) melhorias na via; (iii) aquisições de vagões; (iv) melhorias em Terminais; e (v) investimentos recorrentes.

Nosso plano de investimento anterior previa aproximadamente R\$ 14,0 bilhões em investimentos para o período de 2019 a 2023. Em 04 de março de 2021, foi apresentado um novo plano de investimentos para o período de 2021 a 2025, que representa o valor estimado entre R\$ 16,5 e R\$ 18,5 bilhões, dos quais R\$ 3.453 milhões foram gastos no primeiro ano.

A Companhia tem iniciativas focadas em aumento de eficiência operacional e redução de custos por meio de um plano de substituição e reforma de locomotivas e vagões, recuperação da via permanente e investimentos em tecnologia. Estas iniciativas levaram a diversos benefícios como economia de diesel e lubrificantes, redução de gastos com manutenção, aumento da capacidade operacional, redução de acidentes e otimização da circulação de trens. Além disso, melhorias operacionais proporcionaram otimização de diversos processos para maior eficiência operacional com ganhos de volume e redução de custo.

As iniciativas de expansão do plano estão condicionadas ao prazo de amortização dos investimentos ou à extensão do período de concessão, e objetivam o aumento de capacidade bem como o crescimento do volume total transportado. Os principais projetos envolvem a ampliação e construção de novos pátios de cruzamento bem como a melhoria de trechos críticos ao longo da Malha Paulista, de forma a aumentar o tamanho do trem tipo e consequentemente elevar o volume transportado. Além disso, prevê-se também a aquisição de material rodante (locomotivas e vagões) para aumento da frota e a melhoria dos acessos a portos e terminais em Santos (SP) e Paranaguá (PR). Além das iniciativas citadas, há investimentos previstos para conclusão das obras da Malha Central (Ferrovia Norte-Sul), cujo contrato de arrendamento foi assinado em 31/07/2019. O trecho adquirido pela concessão da Malha Central encontra-se operacional desde o primeiro trimestre de 2021 e liga os Estado de Tocantins e Goiás à Malha Paulista, compreendendo um trecho adicional de 1.537km à nossa malha ferroviária.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento para os investimentos nos ativos de logística, além da própria geração de caixa, advém de captações no mercado financeiro, aumentos de capital e linhas de crédito que a Companhia obtém junto à bancos, a exemplo do BNDES.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Com o objetivo de expandir sua área de atuação a Companhia adquiriu a concessão da Ferrovia Norte-Sul pelo período de 30 anos, através de leilão realizado em 2019. Além disso, para continuar aumentando a eficiência operacional e melhorar a malha ferroviária foram adquiridos por meio de suas controladas, novos materiais rodantes, trilhos e dormentes, bem como realizou investimentos na recuperação de ativos em más condições operacionais, recapacitação de trechos, reformas, melhorias e recuperação de pátios e terminais no interior e nos portos operados pela Companhia a fim de aumentar a produtividade destes.

Em 20 de setembro de 2021 a Companhia celebrou o Contrato de Adesão junto ao Estado do Mato Grosso, tendo como objeto a construção, operação, exploração e conservação, por meio de autorização, sob o regime de direito privado, aceitando todas as despesas e riscos operacionais, de ferrovia que conecta (730 km de trilhos), de modo independente, o terminal rodoferroviário de Rondonópolis/MT à Cuiabá/MT e à Lucas do Rio Verde/MT. O projeto representa uma extensão da operação na região Centro-Oeste

(c) novos produtos e serviços**(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Item não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não possui projetos para novos produtos ou serviços, todavia estão sendo realizados investimentos para aumentar a área de abrangência do portfólio de serviços existente, através da expansão da Malha Norte, da conclusão das obras da Malha Central (concessão obtida através de leilão em 2019) e dos investimentos assumidos com a renovação da Malha Paulista, bem como a assinatura do contrato em 2021 da primeira ferrovia estadual de Mato Grosso que serão 730 km de trilhos entre Rondonópolis e Lucas do Rio Verde.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Item não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Conforme descrito no item 4.1 – "Descrição dos Fatores de Risco deste Formulário de Referência – O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde ("OMS") em razão da disseminação do novo Coronavírus (COVID- 19), provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações. A extensão da pandemia do COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.". As operações da Companhia, bem como as operações das sociedades direta ou indiretamente controladas pela Companhia sofreram certo impacto em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia do COVID-19.

As consequências adversas da atual pandemia ocorreram (e continuam ocorrendo) após a emissão das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, permanecendo, ainda, após a publicação das informações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, além das ponderações apresentadas neste item 10.9 e nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.8 deste Formulário de Referência.

Na data desta atualização do Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais impactos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade de a Companhia continuar operando seus negócios.

Os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia avaliará a evolução dos efeitos da atual pandemia em suas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na sua capacidade de continuar operando seus negócios. As análises da Companhia serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da pandemia do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

A declaração da pandemia do COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população.

Em 20 de março de 2020, o Decreto Federal nº 10.282 definiu os serviços de transporte de cargas gerais como essenciais, e desta forma, a Rumo tomou diversas providências para adequar seus procedimentos conforme protocolos de órgãos oficiais e proteger a saúde seus funcionários e as pessoas relacionadas à sua operação.

Ações e protocolos foram implementados juntamente com ações dos órgãos públicos e demais entidades e tratativas junto a eles, permitiram que a Companhia não paralisasse suas atividades. As operações nos portos seguem firmes, e as obras na Malha Central e no Terminal de Rondonópolis continuam ininterruptas. A Rumo segue com sua operação ferroviária, garantindo o transporte e o atendimento aos seus clientes, que, em meio a um cenário de desvalorização do real, viram a demanda

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

por serviços logísticos aumentar no que se refere ao transporte de commodities agrícolas.

A Companhia está monitorando os desdobramentos da pandemia em razão da disseminação global do COVID-19, com o objetivo de preservar a sua segurança, de seus colaboradores, fornecedores e clientes, bem como mapeando os reflexos da pandemia em seus negócios. A Companhia não tem como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias.

Desde o início dos impactos da pandemia do COVID-19 nos negócios da Companhia, a Companhia tomou medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando a, reduzir despesas. A Companhia acredita que essas medidas e sua posição financeira atual são adequadas para permitir o cumprimento de suas obrigações de longo e curto prazos e, embora não tenha, atualmente, motivos para acreditar que não será capaz de continuar operando seus negócios, a sua administração entende que a pandemia do COVID-19 poderá trazer efeitos adversos relevantes no curto prazo e efeitos que a Companhia não consegue prever no médio e longo prazos.

Medidas adotadas pela Companhia em decorrência do COVID-19:

- (i) Do ponto de vista financeiro, a Rumo adotou postura conservadora para preservar sua liquidez por meio de captações para reforço de caixa, atingindo posição confortável para atravessar esse momento crítico para a economia.
- (ii) Com relação às estratégias de crescimento: A Companhia segue executando seu plano de investimento visando a expansão de suas atividades. As obras da Malha Central, com todas os cuidados necessários para preservar a saúde e integridade das pessoas, não foram paralisadas.
- (iii) Com relação às medidas de contingência, higiene e limpeza tomadas para o escritório e para os terminais portuários:

No Centro de Controle Operacional (CCO), que opera 24 horas por dia, um plano especial de reestruturação das atividades e utilização de equipamentos foi colocado em prática: a passagem de informações entre as escalas passou a ser feita por vídeo ou arquivo virtual e as áreas de circulação foram modificadas para manter a distância segura entre os profissionais.

- No principal terminal de transbordo, em Rondonópolis (MT), foi montada uma estrutura especial para atender os caminhoneiros 24 horas por dia. Técnicos de enfermagem realizam a triagem no acesso ao Rondopátio, com a aferição de temperatura dos motoristas, que recebem máscaras e instruções médicas. Também foi criada uma fila especial de descarga, em que a permanência é limitada ao mínimo necessário para casos emergenciais. No Porto de Santos, foram implementadas mesmas medidas, e, ainda, colaborando com outros terminais, a Rumo realizou a doação de álcool em gel e adotou conjuntamente medidas para garantir a saúde e segurança dos colaboradores.
- Todos os funcionários que integram os grupos de risco para a Covid-19 foram orientados a adotar medidas específicas de isolamento com cuidados e monitoramento.
- Reforço e aumento na limpeza para ampliação na higienização do piso, bancadas, superfícies, maçanetas, banheiros, entre outros.

- (iv) Com relação às medidas trabalhistas:

O regime de tele trabalho (home office) foi instituído para funcionários das áreas administrativas e foram realizadas adequações nas instalações e com implementação de processos para garantir a integridade da saúde (física e psicológica) dos profissionais que precisam estar em campo. Além disso, todos os funcionários que integram os grupos de risco para a Covid-19 foram orientados a adotar medidas específicas de isolamento com cuidados e monitoramento.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

(v)Com relação aos informativos internos:

- Disponibilização de informativos com orientações de lavagem e higienização frequentes das mãos nos banheiros, copas internas e copas fechadas.
- Sinalização de distanciamento seguro e informativos nos murais internos.
- Envio de informativos digitais (Radar Saúde) com protocolos e recomendações no ambiente de trabalho.